

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-11-2019.

---

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 236/19 (Processo n<sup>o</sup> 0539/19), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 221/19 (Processo n<sup>o</sup> 0499/19), de autoria de Mônica Leal, o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 170/18 (Processo n<sup>o</sup> 1378/18); de autoria de Paulo Brum. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Jaime José Caspary, da Paróquia São Vicente Mártir, que se pronunciou acerca da Romaria Nossa Senhora Desatadora de Nós. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni e Paulinho Motorista manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e cinco minutos às quatorze horas e trinta e seis minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, sendo iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do trigésimo aniversário do Movimento da Criança e do Adolescente, nos termos do Requerimento n<sup>o</sup> 083/19 (Processo n<sup>o</sup> 0304/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal e Paulo Brum, presidindo os trabalhos; Therezinha Bastos e Haidê Alegretti Venzon, fundadoras do Movimento da Criança e do Adolescente; Carlos Kremer, Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul. Na oportunidade, por solicitação de Adeli Sell, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Clóvis Ilgenfritz da Silva. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora. Após, foi realizada a entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Therezinha Bastos e Haidê Alegretti Venzon, e a Presidente concedeu-lhes a palavra a fim de se pronunciarem acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e onze minutos às quinze horas e doze minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Marcelo Sgarbossa, Idenir Cecchim, Cláudio Janta, este em tempo cedido por Mônica Leal, e Karen Santos, em tempo cedido por Roberto Robaina. Em

COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza e Felipe Camozzato. Na ocasião, foi apregoado o Processo SEI nº 037.00171/2019-21, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação em reunião do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, nos dias vinte e sete e vinte e oito de novembro do corrente, em Curitiba – PR. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 14 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0525/19). Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 147, 158 e 239/19. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Engº Comassetto e Felipe Camozzato. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Ricardo Gomes, Mônica Leal e João Carlos Nedel, e 02, assinada por Idenir Cecchim e Lourdes Sprenger, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19 (Processo nº 0242/19). Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 020/19 (Processo nº 0507/19). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19 (Processo nº 0242/19), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Felipe Camozzato, Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cassio Trogildo, em tempo cedido por Paulo Brum, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Aírto Ferronato, Karen Santos, Engº Comassetto e Cláudio Janta, em tempo cedido por João Bosco Vaz. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 04, assinadas por Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Engº Comassetto, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Adeli Sell e Lourdes Sprenger, solicitando votação em destaque, respectivamente, para as Emendas nºs 01, 03 e 04 e para a Emenda nº 02 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19. Foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Aldacir Oliboni. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro, à Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e quarenta e sete minutos às dezessete horas e cinquenta minutos. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por vinte e três votos SIM e cinco ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos e Marcelo Sgarbossa. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por trinta e dois votos SIM, após ser

encaminhada à votação por Lourdes Sprenger, em votação nominal solicitada por Adeli Sell, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, em verificação de votação solicitada por Cláudia Araújo, após ser aprovada em votação simbólica, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por treze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por onze votos SIM, vinte votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, após ser encaminhada à votação por Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Cláudia Araújo e Lourdes Sprenger. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/19, por vinte e um votos SIM e treze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo, Airto Ferronato, Engº Comassetto e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe

Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Eng<sup>o</sup> Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Durante a sessão, Cláudio Janta manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro do corrente. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Paróquia São Vicente Mártir, que tratará da Romaria Nossa Senhora Desatadora dos Nós. O padre Jaime José Caspary está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**SR. JAIME JOSÉ CASPARY:** Boa tarde a todos e todas, que bom estarmos aqui reunidos nesta tarde de segunda-feira; boa tarde às Sras. Vereadoras, aos Sr. Vereadores, também nossos irmãos e irmãs da Paróquia São Vicente Mártir, é uma alegria estarmos aqui. Queremos aproveitar este espaço da Tribuna Popular para falarmos um pouco sobre a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, inclusive trouxemos a imagem para o nosso plenário, nesta tarde. Há 300 anos, na Alemanha, num lugar chamado Augsburg, surgiu a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, a partir de uma frase de Santo Irineu, que diz assim: “Eva, por sua desobediência, atou o nó da desgraça para o gênero humano; Maria, por sua obediência, desatou esse nó.” No início do surgimento da devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, havia somente um quadro dela, por isso, mais tarde, se pensou também confeccionar imagens sacras, expressando toda essa devoção. Na imagem, nós temos dois Anjos da Guarda que ajudam a desatar os nós. O que são esses nós? Podemos sintetizar: os nós são as nossas dificuldades, são os desafios que nós não conseguimos resolver sozinhos. Mas Jesus e Maria nos ajudam nessa caminhada. Todo ser humano tem nós a desatar. Certamente, se fizéssemos uma pesquisa, nós teríamos aqui também, cada um, cada uma, muitos nós a desatar.

Desde o ano de 2006 a Paróquia São Vicente Mártir, no bairro Camaquã, promove a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, sempre às quartas-feiras, em quatro horários, dois horários de manhã, e dois horários à tarde; de manhã, às 6h30min.

e às 9h30min; à tarde, às 15h30min; à noite, às 19h. Mais ou menos 1.200 pessoas passam cada quarta-feira nesses quatro horários. São pessoas que vêm de diversos lugares aqui de Porto Alegre, da nossa Grande Porto Alegre, como também pessoas que vêm de outros estados da nossa Nação brasileira, também pessoas que vêm de outros países.

No primeiro domingo de dezembro, nós sempre realizamos a romaria em louvor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, mas antes dessa romaria, nós sempre temos uma novena que nos prepara para esse dia. Por isso, na última sexta-feira, dia 22 de novembro, nós começamos essa novena. Cada noite temos um outro sacerdote que preside a santa missa e cada noite temos também um tema específico. O grande cume, o grande centro é justamente nesse próximo fim de semana, dia 30 de novembro e 1º de dezembro. Trinta de novembro, sábado, às 18 horas, nós teremos a santa missa, logo após, nós teremos um *show* que está sendo preparado com muito amor e carinho pelo Padre Osmar Coppi, que trabalha no Seminário, na formação sacerdotal, no Município de Farroupilha. É um *show* com a duração mais ou menos de uma hora e, logo após, pelas 20h30min, nós faremos então a procissão luminosa, levando a imagem de Nossa Senhora Desatadora dos Nós até a paróquia vizinha, no bairro Tristeza, a paróquia Nossa Senhora das Graças. Lá a imagem vai pernoitar e, no domingo, 1º de dezembro, nós vamos subir a Av. Otto Niemeyer a pé, fazendo essa procissão, e chegamos na paróquia São Vicente Mártir, onde vamos ter a missa campal, que vai ser presidida por um dos nossos quatro bispos auxiliares, Dom Darley, que vai celebrar essa santa missa. Ao meio-dia, teremos um gostoso almoço e, às 14h30min, teremos a santa missa de conclusão da nossa 14ª Romaria em louvor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Por isso queremos convidar todos e todas, especialmente os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, para esse momento bonito também da nossa Zona Sul, especificamente da paróquia São Vicente Mártir, em louvor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Também queremos recordar que um dos nossos grandes aliados é o nosso querido Papa Francisco. Ele é muito devoto de Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Ele, como padre jovem, foi mandado pelo seu padre provincial, como ele é padre jesuíta, para fazer um estudo na Alemanha; lá na Alemanha ele se sentiu muito sozinho e conheceu a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós, e firmou-se, agarrou-se nessa devoção. Ele não concluiu o estudo por um problema de saúde que teve, precisou voltar mais cedo para Buenos Aires e lá ele colocou, então, na catedral, a devoção à Nossa Senhora Desatadora dos Nós.

Nós temos também três casais que organizam toda esta romaria, toda esta novena, seja no aspecto espiritual como no aspecto social. Temos o casal Volnei Santos e Maria Luiza, o casal Éder Perez e Daniela Oliveira da Silva e o casal Vlamir e Adriana Santos – são três casais que estão à frente da nossa 14ª Romaria em louvor à Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Então, é uma alegria estar aqui e que nós possamos, cada dia, desatar os nós da nossa vida, do nosso dia a dia. Queremos concluir o nosso momento, convidamos os nossos irmãos e irmãs da Paróquia São Vicente Mártir a se colocarem em pé e, juntos, nós queremos cantar.

(Não revisado pelo orador.)

(Procede-se à apresentação de um cântico.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Convidamos o padre Jaime José Caspary a fazer parte da Mesa.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** É com muita honra que novamente nós recebemos nesta Câmara Municipal de Porto Alegre o padre Jaime José Caspary e sua comitiva da paróquia. Que belos cantores, não é, Sra. Presidente?

Sejam muito bem-vindos a esta Casa, que precisa muito da bênção da Nossa Senhora Desatadora dos Nós. Nós queremos dizer que estaremos presentes na nossa querida romaria, procissão de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, no próximo domingo, dia 1º de dezembro. A romaria sai da paróquia Nossa Senhora das Graças e vai até a paróquia São Vicente Mártir, lá na Rua Victor Silva. Eu me recordo que o senhor, todos os anos, vem nos visitar, que bom. Que o senhor venha sempre, e que Nossa Senhora derrame bênçãos sobre toda a nossa cidade de Porto Alegre, que tanto precisa da intercessão da Nossa Senhora Desatadora dos Nós; que o seu evento seja um sucesso e que traga muitas bênçãos para a nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Padre Jaime, nosso amigo da Zona Sul, de toda a cidade, mais uma vez na Câmara trazendo este convite muito importante e muito bem frequentado por todos os porto-alegrenses. Para nós, é uma satisfação. Como disse o Ver. Nedel, precisamos de bênçãos, precisamos de fé e de muito amor. Estaremos mais uma vez na romaria, prestigiando o senhor, que está há tantos anos conosco. Desejamos que seja muito bem divulgada, com bastante participação em busca da fé. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O padre Jaime vem divulgar aqui a romaria de Nossa Senhora Desatadora dos Nós, no dia 1º de dezembro. Estava ouvindo atentamente as suas palavras e percebi que chama muito a atenção a origem do nome Nossa Senhora Desatadora dos Nós, porque se Eva – lembrando Adão e Eva – provocou o pecado, isto é, fez o nó, Maria, através da frase dita pelo Santo Irineu, desamarrou o nó. Então, a origem da Nossa Senhora, pelo pouco que sei da história, é que esse cidadão, que teria mandado pintar a Nossa Senhora Desatadora de Nós, queria uma Nossa Senhora bem

diferente de todas as outras. Aí o artista acabou produzindo uma pintura muito diferente: de uma corda com inúmeros nós. E agora nós, cidadãos e cidadãs, na interpretação bíblica, nos perguntamos quem não tem uma dificuldade na vida? Quem não tem um nó para desamarrar? Quem não tem algo para produzir o bem para as pessoas, como é a questão de toda paróquia, de todos os paroquianos que estão aqui, enfim, os festeiros, os convidados, a comunidade? É isso que nos move na ideia de ampliar essa relação igreja e comunidade, fé e esperança, para poder, através da fé, não só desamarrar os nós da vida, mas também produzir alegria para todos os cidadãos. Parabéns pelo seu trabalho e, queira Deus, que possamos estar lá no dia primeiro. Uma boa festa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB):** Boa tarde, Presidente Mônica; boa tarde, padre Jaime e pessoal da Igreja que veio acompanhar. Para nós é uma imensa alegria, padre, tê-lo aqui para conversar, para nos auxiliar, para aprendermos com o senhor. Quero sempre agradecer ao senhor pelo tratamento que dá para as pessoas da Paróquia São Vicente. Seguidamente estou lá e vejo o seu empenho para que as pessoas saiam felizes de lá, dando o apoio durante as missas – isso é muito importante para a população. Quero dizer que é um orgulho para nós falar que somos seus amigos, frequentar aquela paróquia, e hoje, com a sua presença aqui – falo em meu nome e do Ver. Airto Ferronato, do PSB –, quero dizer que as portas estão sempre abertas para lhe dar um apoio para conduzir esse trabalho árduo que o senhor realiza. Sempre temos que acompanhá-lo e apoiá-lo, porque não é fácil. É um orgulho ter a sua presença aqui hoje, que Deus sempre o abençoe. Um grande abraço para o pessoal que veio junto. Amém.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Muito obrigada, padre Jaime, a Câmara Municipal de Porto Alegre agradece essa presença que nos faz muito bem. É sempre muito bom quando a imagem da Santa chega aqui e a cada ano percorre os corredores, vem ao plenário, nos faz parar um pouquinho para refletir ou orar, nos proporcionando um momento de fé dentro do ambiente do Legislativo. Como diz a oração à Santa: “Em tuas mãos não há nó que não poderá ser desfeito”.

Um abraço, padre, extensível aos seus paroquianos, e receba sempre os meus cumprimentos à Paróquia São Vicente Mártir, que é uma forte mensageira das bênçãos de Nossa Senhora Desatadora de Nós e realiza a romaria que acontecerá, em breve, na Zona Sul de Porto Alegre. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspensem-se os trabalhos às 14h35min.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h36min:** Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-Presidente desta Casa, Sr. Clóvis Ilgenfritz da Silva. Já de antemão, em nome do meu partido, da bancada, queria agradecer a deferência da senhora, do seu empenho para que ontem pudéssemos prestar as últimas homenagens a este grande homem público. Na sua gestão como presidente foi criada a nossa TVCâmara, que hoje é algo muito honrado e respeitado por todos nós. Então, solicito esta homenagem a esse grande homem público, foi nosso vereador e presidente desta Casa, Clóvis Ilgenfritz da Silva.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 30 anos do Movimento pelo Direito da Criança e do Adolescente – MDCA, nos termos do Requerimento nº 083/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Therezinha Bastos e a professora Haidê Allegretti Venzon, fundadoras do Movimento pelo Direito da Criança e do Adolescente; o Sr. Carlos Kremer, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RS.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, e falará em nome da Mesa Diretora.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde a todos. Neste ano, mais precisamente no final de maio, tive uma agenda que me foi muito significativa, pela qual pude conhecer mais de perto, a partir do relato de pessoas estreitamente ligadas a uma causa maravilhosa, a história de uma instituição comprometida com crianças e

adolescentes na nossa capital. Atendendo em um espaço muito bonito, cercado de verde, no bairro Agronomia, o Movimento da Criança e do Adolescente é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 17 de outubro de 1989; portanto, há 30 anos está trabalhando para garantir os direitos, o bem-estar e a inclusão social de mais de 200 pequenos, jovens cidadãos, carentes ou em situação de vulnerabilidade social, abraçando também seus familiares. É uma organização que atende a esse público tão especial, proveniente de creches comunitárias e de escolas públicas de Porto Alegre, com as quais estabelece parcerias, oferecendo proteção, ações socioeducativas, assistenciais e, visando a superação das dificuldades pessoais, sociais de aprendizagem, de profissionalização e também de relacionamento.

O MDCA nasceu por iniciativa de 17 professoras que tinham uma preocupação em comum: crianças e adolescentes com dificuldades na escola. Neles depositaram todo o cuidado que tinham como educadoras, mas foram muito além, pois logo uma rede de outras ações foi se formando ao redor dessa ideia. Quem trouxe até mim o trabalho do MDCA foi o meu querido amigo e colega, jornalista André Machado. Fico muito feliz que ele veio prestigiar o nosso período de Comunicações, além de já realizar um serviço de utilidade pública, informando à sociedade, como comunicador e formador de opinião, também exerce a sua cidadania e exercita empatia, envolvendo-se em projetos como esse. Parabéns, André, muito obrigada pela tua dedicação a uma causa tão importante que envolve as nossas crianças e os nossos adolescentes, que são o futuro do Brasil.

Naquele dia de maio, recebi a Sra. Ilca Guaspari e mais três colaboradoras, pessoas que vivem a história, o cotidiano e a realidade dos atendidos e da instituição, que sobrevive de doações, seja como parte do Funcriança, seja como indicada no Programa Nota Fiscal Gaúcha ou por doações diretas. A instituição permanece o ano inteiro de portas abertas para receber doações de roupas e móveis em bom estado. Seus voluntários são outro tesouro do MDCA, que somam, que fazem a diferença, pessoas que são muito bem-vindas por lá. É uma proposta duradoura, que merece homenagem e valorização constante do poder público e da sociedade civil para que continue o seu trabalho.

Nós já recebemos a instituição aqui na Câmara – e não é de hoje – em Tribuna Popular, sempre trazendo para os vereadores a realidade deles, trazendo a questão da importância dos convênios para garantir a continuidade dessas atividades, entre outras reivindicações, e também nos contando sobre os projetos já aplicados e os resultados. Também estiveram aqui quando dos 25 anos da instituição, em 2014, quando tivemos também a presença querida das fundadoras do movimento, Haidê Venzon e Therezinha Bastos. Saliento que este Legislativo admira e se orgulha muito que Porto Alegre tenha um espaço tão benéfico às nossas crianças, e está em consonância para dar visibilidade, debater, encaminhar e incluir políticas públicas voltadas a esse tipo de atividade. Não podemos fechar os olhos, temos que valorizar e ajudar a manter essas iniciativas, essas instituições que se esforçam por uma causa maior, que movem montanhas, constituídas por cidadãos que se doam para melhorar a vida de quem muito precisa. Parabéns a todos que construíram e fazem o MDCA hoje e

para o futuro. Muito obrigada, de coração, em nome da Câmara Municipal da capital do Rio Grande do Sul, como Presidente, eu agradeço a todos os senhores e às senhoras.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Presidenta Mônica, quero parabenizar pela iniciativa da Mesa Diretora, que traz um tema que nós poderíamos debater por uma tarde, um bom tempo e um bom espaço, à medida em que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente poderia ter um tratamento diferenciado, que pudesse acolher todas as crianças na nossa cidade. Muitas vezes, dependendo do governo, nós temos muitos problemas, não só na estrutura, no financiamento, na assistência, mas, mais do que isso, na ideia de poder acolher aqueles que mais precisam, que estão no cinturão da pobreza da nossa cidade e que, muitas vezes, não têm uma vaga numa creche, uma vaga no ensino fundamental.

Cabe à Câmara também se debruçar sobre esse debate. Então, nesse sentido, eu acho que, no momento oportuno, eu acho que esse tema é fundamental porque se trata da saúde e da educação dessas crianças que amanhã deverão ter saúde, mas, acima de tudo, uma profissão a exercer quando a família não pode dar. Então, nesse sentido, acho que o tema é pertinente, é muito importante, merecedor dessa homenagem. Parabéns.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, vereador, o senhor tem toda a razão, as crianças que são o nosso futuro precisam, sim, de uma atenção especial, principalmente na base, na sua estrutura e depois também na adolescência que é um período que preocupa a todos nós.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Em nome da Bancada do PSD, gostaria de parabenizar a Ver. Mônica pela proposição, o André Machado, nosso amigo, pela indicação, a fundadora do Movimento da Criança e do Adolescente, Sra. Theresinha Bastos, a Professora Haidê Venzon e o Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RS, Sr. Carlos Kremer.

Trabalho com esse assunto, por isso quis fazer um aparte; sei da importância de se trabalhar com crianças e adolescentes e das dificuldades de trabalhar com essas pessoas, quando se trabalha com doação e se depende de outras pessoas e de voluntários para abraçar essa causa.

Então, disponibilizo o nosso gabinete, disponibilizo o nosso mandato, e que nós estejamos, sempre, juntos para nós trabalhamos em prol das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Parabéns.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada Ver. Cláudia.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Gostaria de trazer um abraço ao nosso presidente da Mesa,

Ver. Paulo Brum, saudar a Ver. Mônica, nossa Presidente da Câmara, a Dona Therezinha Bastos, fundadora do Movimento da Criança e do Adolescente, e trazer um abraço todo especial a Dona Haidê Venzon, que também é fundadora do Movimento. Quero dizer que eu a conheço e que a senhora participa, aqui na Câmara, há mais de 30 anos, é bom revê-la, fazia muitos anos que não tinha a oportunidade de falar com a senhora. Gostaria de saudar também o nosso Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, Sr. Carlos Kremer.

Queria trazer aquele abraço a ti, Ver.<sup>a</sup> Mônica, pela homenagem aos 30 anos do Movimento da Criança e do Adolescente – e eu tenho 30 anos de Câmara, então nós nascemos, praticamente, juntos!

Gostaria de dizer da importância desses movimentos que tratam da criança e do adolescente, é uma marca, e Porto Alegre tem nessa marca uma grande atenção. Porto Alegre trata a sua criança e o seu adolescente conhecendo suas dificuldades, mas também é, e podemos dizer, uma amiga da criança e do adolescente, por isso toda vez que temos pessoas que se dispõem a atuar, voluntariamente, junto às nossas crianças e adolescentes do Município, merecem uma atenção toda especial e um agradecimento todo especial.

Falo em meu nome, Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Trago, também, um abraço a todas as pessoas, crianças, jovens que estão conosco nesta tarde, para prestar essa homenagem ao MDCA. Um abraço e parabéns a vocês, parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Obrigado.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Ferronato.

**Vereador Cláudio Janta (SD):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Se nós formos falar da importância do futuro deste País, que são as crianças, é chover no molhado; mas falar da necessidade que existe de proteção dessas crianças, diariamente, da necessidade de oportunidade que têm essas crianças, através de uma escola, e esta Casa aprovou a escola em tempo integral, nós já temos 48 escolas em Porto Alegre funcionando em tempo integral, é ajudar as famílias e ajudar as crianças. Agora, sem atitudes como as das senhoras, com certeza nós não vamos a lugar algum.

Vida longa ao movimento, vida longa às senhoras, às pessoas que participam e ajudam, de fato, com as crianças, que serão o futuro do Brasil; e ao jornalista André Machado por estar engajado em causas da nossa cidade, pois, além das crianças, o André é engajado também na causa dos autistas. Essas pautas sempre são importantes na Casa do Povo de Porto Alegre. Meus parabéns.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Ver. Cláudio Janta.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero aqui, junto com a vereadora da nossa bancada, em nome também dos vereadores Ricardo Gomes e

João Carlos Nedel, saudar o bellissimo trabalho que vocês fazem, porque hoje nós temos que cuidar dos extremos: as crianças de um lado e os idosos do outro lado. Esse trabalho que vocês fazem é muito difícil, tem que ter uma capacidade enorme, tem que ter sensibilidade, o mundo mudou, hoje tem a questão das drogas, famílias deterioradas, tudo isso atrapalha, mas é um desafio a mais, tenho certeza. Então, quero parabenizar V. Exa., Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, também parabenizar o nosso amigo André Machado, que trouxe o tema para esta Casa, um tema importantíssimo. Eu acredito que é com esses temas que a Câmara ganha substância para analisar, para conhecer o trabalho e para parabenizá-las, porque esse trabalho só vocês sabem fazer. Parabéns a todos e à entidade também. Abraço.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigado, André Machado, mais uma vez; obrigada, senhoras; obrigada Dr. Carlos, obrigada pelo trabalho e principalmente pela oportunidade de trazer este tema que é tão importante para todos nós, para esta Casa que representa o povo de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Faço agora a entrega do diploma à entidade.

(Procede-se à entrega do diploma e ao registro fotográfico.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Sra. Therezinha Bastos está com a palavra.

**SRA. THEREZINHA BASTOS:** Saudações à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal pela bonita fala, ela já está comprometida a trabalhar com o movimento! Eu fiz o convite e afirmo que ela vai aceitar! Saúdo os Srs. Vereadores pelas lindas palavras que nos dirigiram; saúdo as minhas amigas que trabalham no movimento; e saúdo, de modo muito especial, os jovens que estão ali na frente, porque eles são a razão do nosso trabalho. O movimento pelos direitos da criança completa 30 anos, estamos em festa, estamos de aniversário. Quero, em meu nome, e em nome de todo movimento, compartilhar com os senhores um pouco desse espaço de tempo. Acredito, como professora de história que sou, que conhecer a história nos faz valorizar o presente e projetar o futuro. Portanto, inicio contando um pouco do começo do movimento. E digo que falar do movimento pelos direitos da criança é fácil, é só abrir o arquivo do tempo e deixar fluir. Deixar fluir as lembranças, lembranças dos primeiros encontros, lembranças das nossas primeiras divagações, lembranças dos primeiros sonhos até chegamos àquele distante 17 de outubro de 1989, quando o sonho deixou de ser sonho. A ideia nasceu de um grupo de professoras do Colégio Estadual Cândido José de Godói,

algumas já aposentadas e outras próximas da aposentadoria. Esse grupo reunia-se semanalmente na casa da professora Reislá Unis, pessoa de grande importância na estruturação da atividade. De 1986 a 1989, o grupo de professoras estudou muito, criando as bases do trabalho que é desenvolvido ainda hoje. Ideia sedimentada, projeto criado, fazia-se necessário começar. Mãos à obra foi a palavra de ordem, e algumas professoras iniciaram o trabalho no bairro Partenon, na creche Acomur, mais conhecida naquele tempo como a creche da Dona Quevedo. A creche era presidida pela Sra. Erci Quevedo, a quem nós intitulávamos como a primeira pessoa que acreditou em nós. O trabalho consistia em apoio escolar, chamado, naquele tempo, de reforço escolar. O contato com a realidade mostrou às professoras que apenas o reforço não era suficiente, fazia-se necessário oferecer às crianças outros apoios e, ao grupo de professoras, uma nova condição: transformar o grupo em associação, com personalidade jurídica, era uma das necessidades. Nesse final da década de 1980, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente era uma real perspectiva que veio a se efetivar em 1990. A certeza de que os direitos da criança e do adolescente seriam assegurados, a certeza da necessidade de dar uma nova condição ao grupo de professoras orientou a escolha do nome da associação a ser criada: Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Chegamos a 1989 com o trabalho de reforço escolar acontecendo, com a proposta de associação já estruturada. Então, cabia a transformação que aconteceu no dia 17 de outubro no Instituto de Educação General Flores da Cunha, onde nasceu o Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente, realizando um sonho sonhado por muitas. As atividades do Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente, após a sua fundação, não se restringiram apenas ao atendimento ao público de crianças e adolescentes; a sua atuação também se fez sentir na comunidade, nas escolas do bairro e na estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde a entidade foi conselheira na primeira gestão e exerceu a presidência na gestão seguinte. À medida que o Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente se consolidava, novas propostas criava e novos profissionais eram incluídos, visando sempre o atendimento com mais qualidade. Psicologia, serviço social e convênios com instituições vieram a integrar um novo conjunto de propostas assegurando maior qualidade ao que se pretendia.

Passaram-se 30 anos, muitos acontecimentos presenciamos, muitas ações desenvolvemos, mas sabemos que muito há para ser feito. Digo com muito orgulho que sou uma das fundadoras e reconheço que, atuando no MDCA – Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente, realizei um dos melhores trabalhos de minha vida. Reconheço, mais uma vez, a importância de todos que junto sonharam e construíram essa associação que chega à sua maturidade com a certeza de ter feito a diferença de muitas crianças e adolescentes. A todos, o meu muito obrigada. Saúdo a presença do Sr. Carlos Kremer, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/RS. Agradeço, mais uma vez, as palavras da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; agradeço aos meus amigos do Movimento que estão presentes. A todos os vereadores, o meu muito obrigada. Sejamos felizes, nos ajudem a ir para frente!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Sra. Haidê Allegretti Venzon está com a palavra em Comunicações.

**SRA. HAIDÊ ALLEGRETTI VENZON:** Boa tarde a todos. A Therezinha, rapidamente, para os nossos 30 anos, falou sobre o nosso início. Já que estamos neste ambiente aqui da Câmara, gostaria de lembrar, enquanto integrantes do Conselho Municipal e, principalmente, do Fórum, quantos embates, quantas discussões nesta sala nós fizemos. Esta Câmara foi muito importante, nos desafiando a entender de legislação e vir aqui dizer que a realidade que nós tínhamos no dia a dia estava muito distante ainda da lei municipal e também do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aprendemos muito aqui, e, principalmente, o que nos deu coragem é que a gente ia para a entidade e ali estava a realidade das crianças, fora da escola, com dificuldades de aprendizagem. Isso nos deu mais coragem para fazer esse trabalho do dia a dia, em apoio à escola pública, em gerar lei estadual que, como hoje, ainda enfrenta muitas dificuldades. Nós, professoras, gostávamos do que fazíamos e gostamos até hoje.

Eu queria falar de um outro desafio, rapidamente, e aqui envolve a Câmara Municipal, porque uma lei nacional exigiu uma lei municipal. Essa Lei nº 6.787, que é a que trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou os conselhos municipais. A Therezinha e eu, que estávamos nesse trabalho, achamos que, além desse trabalho, estava começando o atendimento aos adolescentes, início de profissionalização, que a Therezinha ainda não falou, ter coragem de dar curso de alimentação, buscar convênio com a Prefeitura e entregar não sei quantos lanches por dia – não era pouca coisa! Eu vou falar mais um pouquinho do outro lado: enquanto tudo isso acontecia no Partenon, nós começamos a vir à Câmara para ver essa lei municipal, tirar essa lei municipal do papel, e então dar início ao conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, que o MDCA participou da primeira gestão, e aí veio a eleição de conselhos tutelares e tantas coisas que a gente ficaria toda a tarde falando. Mas eu quero dizer que houve apoio da Câmara, apoio muito discutido, com muitas brigas, com muitos confrontos, nós, a partir de uma realidade, sem recursos financeiros, buscamos apoio político na Câmara para levar adiante a nossa proposta. Por isso nós sobrevivemos, estamos há 30 anos trabalhando com crianças e adolescentes, com profissionalização, com cursos, com formação e todo o trabalho que nós tivemos a partir também de discussões aqui da criação do Conselho de Direitos do Fórum Municipal, do qual o MDCA fez parte. Por isso nossos agradecimentos. Alguns vereadores mais antigos talvez ainda lembrem das nossas discussões aqui, esta Casa foi muito importante, porque acolheu as nossas propostas, nós conseguimos viabilizar, implantar e criar conselhos, depois conselhos tutelares, com todas as discussões e com o envolvimento que foi muito importante para nós. Obrigada a todos e um abraço bem grande para o MDCA, e outros 30 anos esperamos ter!

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Muito obrigada, Therezinha Bastos e Prof.<sup>a</sup> Haidê Venzon. Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada essa justa e merecida homenagem. Obrigada.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h11min.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h12min):** Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e a todas, primeiramente, no término desta homenagem aos lutadores e lutadoras dos direitos da criança e do adolescente, vejo aqui a nossa Márcia Gil, nossa conselheira eleita aqui na região central da cidade e que, em janeiro, assumirá o mandato, junto com tantos outros lutadores da infância e da juventude. Lembrando bem, ao contrário do que costumam dizer, acusam o Estatuto da Criança e do Adolescente de ter protegido demais as crianças e os adolescentes, usam sempre, Presidenta Mônica, uma frase equivocada, como se as crianças e os adolescentes tivessem sido colocados numa redoma e que, por isso, não se pode mais colocar limites, sejam pais, mães ou responsáveis. Essa frase é totalmente equivocada, porque é também direito da criança o direito a ter limites, isso não tem nada a ver com agressões físicas e agressões psicológicas e, sim, com cuidado e com firmeza na educação dos filhos e das filhas e daqueles que temos próximos e que somos responsáveis. Então, esta grande confusão conceitual de acusar os problemas de desvios, principalmente de adolescentes, dizendo que não tiveram limites, é uma grande falácia, porque, sim, é direito da criança e do adolescente, inclusive, ter limites. Isso não se confunde com superproteção ou com qualquer tipo de conduta permissiva, quando, na verdade, eles devem ser, sim, educados. Mas hoje é um dia também muito especial. Vejo aqui lutadores de várias áreas, da área social, da cultura, do direito também da criança e do adolescente, da educação e várias áreas que estão preocupadas com esse projeto que está aqui previsto para ser votado e que trata da extinção dos fundos específicos de cada área, de cada conquista que esta cidade teve em estabelecer direitos específicos, tendo fundos específicos. Esse é o princípio de uma boa gestão, com participação popular e com controle social, ter fundos específicos em que não se misturem os dinheiros, que, no caso, é o que o prefeito quer fazer terminando com os recursos dos fundos.

Também falo aqui da defesa dos direitos humanos das mulheres. Hoje começa uma caminhada de luta que são os 16 dias de ativismo para o fim da violência contra as mulheres. Nós temos ainda, no Brasil, essa verdadeira chaga, em muitos países também, não é só um tema brasileiro, mesmo em países chamados desenvolvidos, chamados de Primeiro Mundo, também a mulher deve lutar por oportunidades iguais, é subjugada e colocada sempre num segundo plano, em um papel subserviente e vítima de agressões. Todos estão convidados, não só as mulheres, é bom

sempre deixar claro, essa é uma luta da democracia, uma luta de homens... Inclusive saúdo o deputado Edegar Pretto, que comanda, na Assembleia, uma frente parlamentar de homens pelo fim da violência contra as mulheres. É nossa tarefa uma cidade mais humana, uma sociedade mais humana, o que passa justamente pelo homem atuando contra aqueles homens que ainda têm essa visão de que são superiores às mulheres e que querem dominá-las, seja de forma física, psicológica, patrimonial, utilizando o fato de ser o provedor da família, muitas vezes, como uma forma de violência contra as mulheres.

Por fim, quero deixar um convite a todos os vereadores e vereadoras. Nesta noite, teremos aqui a audiência pública que trata do projeto que quer mudar algo que está em curso neste momento, que é a eleição nas escolas, Ver.<sup>a</sup> Mônica. As escolas acabam de realizar o seu processo eleitoral, fizeram tudo dentro da normativa, dentro da lei, uma lei que já tem décadas, e o governo, durante o jogo, quer mudar através de um projeto de lei. Acho que o governo perdeu o *timing*. Se queria fazer essa mudança, deveria ter feito no início do ano, não o fez, perdeu tempo, e agora tenta acelerar, através de um pedido de urgência, para tentar mudar o processo tendo ele já sido consolidado. Eu peço a atenção dos vereadores para que participem hoje à noite da audiência pública. Peço aos vereadores e vereadoras que ainda não formaram a sua convicção, para que participem da audiência pública, nesta noite, para entenderem o quão danoso é um projeto que tenta mudar as regras de um jogo já em curso. Os liberais gostam tanto de dizer que no mercado precisamos ter segurança jurídica, que precisamos ter previsibilidade, que os investidores só virão se houver leis que sejam cumpridas. Pois bem, vale o mesmo para as escolas, que precisam de previsibilidade. Uma lei que tem três décadas não pode ser mudada ao longo do curso de uma eleição, que acaba de ser realizada. Então, fica o humilde pedido para que os vereadores assistam, pelo menos, parte dessa audiência, e entendam os argumentos válidos que certamente serão colocados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigada, Presidente. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos numa segunda-feira que, passada uma semana da confusão na Bolívia, agora deu uma pequena reviravolta no Uruguai também, houve todo um festerê, que a esquerda fez, com a assunção daquele pessoal na Argentina, o fantoche da Cristina Kirchner, o laranja. Na Argentina, elegeu-se um laranja da Cristina Kirchner. Na Bolívia, o cara saiu correndo porque roubou a eleição, e foi defenestrado até pelos seus comandantes militares, porque roubo só aqui no Brasil, que tem seguidores – nenhum lugar do mundo admite a roubalheira! No Uruguai, não se pode dizer que houve roubalheira. O Mujica é um homem sério; o Tabaré é um médico, um médico também responsável, e fizeram uma boa gestão no Uruguai. Fizeram uma

boa gestão no Uruguai, mas uma boa gestão na ótica da esquerda. Eu tenho que respeitar a ótica de qualquer um, tanto da esquerda quanto da direita, mas cansaram da esquerda lá no Uruguai também, e agora assume um jovem de posição centrista, que está prometendo no Uruguai uma coisa um pouquinho mais séria do que liberar maconha. Eu não tenho nada que ver, e não tenho estudo sobre o uso da maconha e sobre o comércio em boteco, em farmácia, no Uruguai, mas o povo lá disse: “Não, chega dessa barbaridade, dessa bandalheira”, e mudou! Mudou o presidente do Uruguai, um país tranquilo que se chamava “Suíça sul-americana”. Esse novo presidente disse que vai rever todo esse negócio da maconha, Ver. Cassiá; vai rever, porque a segurança, que era uma coisa muito forte no Uruguai, começou a tremer, os índices de insegurança aumentaram e a população começou a pensar “por que será isso?” Pela liberalidade. A esquerda faz isto em todo o mundo, esculhamba com a sociedade para não ter chefe, para não ter polícia, para não ter família. Aí a população do Uruguai olhou para a esquerda e disse: “Não serve mais para este país a esquerda, não serve mais”, e mudou. A Bolívia mandou embora, aliás, não precisou mandar embora, o ladrão foi sozinho, ladrão de votos, roubou as urnas! O cara da Bolívia roubou as urnas, mas não foi o vencedor, foi morar no México, acolhido por mais um de esquerda.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Não quis ir para a Venezuela, me diz o Ver. Valter aqui. Impressionante que o cara do lado, o cara que tinha apoio da Venezuela, quando quis ir embora, não quis ir para a Venezuela porque não ia ter comida para ele. Imaginem, ele não foi para a Venezuela, ele foi para o México, dizem que ele está em Cancún.

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Lá é da esquerda também, só que pior. Dizem as más línguas por lá, Valter, que o narcotráfico tem ramificações enormes no México, e a Bolívia foi para lá, o ladrão este de urna...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** ...O bom é que o povo não demora muito para ver. A esquerda está caindo em dominó no mundo todo e isso para o bem da humanidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, e, depois, prossegue sua manifestação em Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente desta Casa, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; colegas vereadores, público que nos assiste através das galerias e da nossa Rádio Web, hoje é o dia de discussões sobre a violência contra as mulheres, violência essa que vimos através de depoimentos em vários eventos que participamos no Outubro Rosa, mas eu quero falar de uma violência que vem atingindo 64,2% – 539 mil pessoas – da população do Estado do Rio Grande do Sul. Este número, 539 mil, é o número de pessoas que estão desempregadas de um mês a dois anos, ou um pouquinho mais; são pessoas que nesse período procuraram algum órgão, procuraram alguma instituição alguma instituição, entregaram seus currículos, cadastraram-se no Sine: com menos de um ano, têm 334 mil pessoas; com menos de dois anos, 99 mil pessoas; com mais de dois anos, 106 mil pessoas. Isso faz um montante de 539 mil pessoas, das quais 64,2% são mulheres na faixa etária de 18 a 59 anos. Isso é uma grande violência, é uma estúpida violência já que, hoje em dia, a maioria dessas 64,2% de mulheres são chefes de família, são as lideranças de seus lares, de suas casas, que estão vivendo de bico, estão vivendo de faxinas, estão vivendo da venda de produtos no Centro de Porto Alegre, nas grandes avenidas, estão vivendo de serem babás, estão vendendo frutas, estão fazendo alguma atividade para levar o sustento para suas famílias. Pasmem, ainda para uma parcela dessas mulheres – aproveito para agradecer à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que me cedeu sem tempo, uma defensora, uma representante das mulheres nesta Casa – tem a questão dos filhos com deficiência. Grande parte dessas mulheres tem filhos com alguma deficiência, filhos que exigem dedicação, filhos que exigem recursos. E 64% dessa massa de pessoas desempregadas são mulheres; mulheres, volto a afirmar aqui, que, na grande maioria, são chefes das suas casas. O pior de tudo é que, dos 106 mil, que correspondem às pessoas desempregadas há mais de dois anos, 68 mil são mulheres; de 106 mil, duas vezes mais do que os homens são mulheres que estão desempregadas. Para isso tem uma palavra que vem dos bancos da universidade, que vem da academia, que vem dos economistas: histerese, que não tem nada a ver com histeria, mas, com certeza, deixa as pessoas num estado crítico de saúde mental, num estado crítico de saúde emocional; histerese descreve os movimentos duradouros, reforçados por crise. Nós tivemos dois milagres no Brasil – dois! –, milagres que vêm acontecendo no decorrer de cinco anos: a reforma da Previdência, que já estamos na segunda ou terceira, e a reforma trabalhista. Dois fatos que foram vendidos como salvadores da pátria. O Ministro da Economia disse: “Se não fizermos a reforma da Previdência e trabalhista o dólar, em março, vai chegar a R\$ 4,20”. Incompetente, imbecil, o dólar já está em R\$ 4,20! E tu tiraste o direito do povo trabalhador! Está R\$ 4,20! Quero dizer mais ainda para os imbecis que fazem coro, mais ainda: a crise vai aumentar! Porque, se não sabem, muito Municípios, hoje, isso inclui a cidade de Porto Alegre, uma parcela significativa da população é de aposentados. Esses aposentados vão ficar sem reajuste – já estão! –, esses aposentados vão ficar à mercê. Isso vai

estourar onde, pelo amor Deus? O que tem que fazer, o dito ministro da Economia, que sabe tudo, não faz: é acabar com a quebra de empresas neste País. A desindustrialização do Brasil veio e está enraizada, ela está como um tumor que as pessoas sabem como fazer, sabem como curar, mas não querem, se negam a fazer. A desindustrialização neste País está o levando ao fundo do poço – ao fundo do poço! Nós vimos pequenas e médias empresas, que são os maiores empregadores, quebrar. Pequenas e médias empresas não poderem tirar 53 empréstimos no BNDES; pequenas e médias empresas não poderem entrar na dívida de R\$ 168 milhões e levar 100 anos para pagar. Essas são penalizadas, assim como os trabalhadores. Os juros – por que não mexem nos juros? Se quer gerar emprego, se quer tirar o País do fundo do poço, mexam nos juros! E, principalmente, está comprovado que cidades que aumentaram os tributos... Ver. João Bosco Vaz e Ver. Valter Nagelstein, eu estive, nesse final de semana, em Bagé. Bagé, para pegar como exemplo do que irá acontecer com outras cidades, somente 23 mil pessoas estão empregadas, incluindo os que trabalham na Prefeitura. Vinte e três mil pessoas só estão empregadas! Não há benefício de nada naquele município, tudo vai embora *in natura*. Isso é ajudar e investir na indústria nacional, na pequena indústria que vai gerar emprego lá no município? Isso é investir no povo da região para não ficarem as pessoas vivendo em rodoviária, vindo para os grandes centros e aumentando o cinturão de pobreza dos grandes centros? Agora, não adianta ficar sobretaxando a população, não adianta ficar sobretaxando a população em impostos embutidos, em produtos. Quem ganha R\$ 1.900,00 paga 7,5% de imposto de renda, mais 8,5% de previdência, e o empresário ainda paga imposto de renda e previdência sobre esse salário! Só no Brasil ocorre isso! Isto é enfrentar a crise: diminuir os impostos que nós pagamos quando a comida chega na nossa mesa; nós pagamos, de novo, no transporte; nós pagamos, de novo, na comunicação, na saúde, em tudo tem impostos embutidos. Então tem que enfrentar isso e fazer a lição de casa, dar uma expectativa para o povo para gerar emprego, investindo nas regiões, na pequena indústria, no pequeno comércio, na pequena atividade que gera emprego. É estudo comprovado que mais de 70% de empregos neste País vêm da pequena e média empresa. Nessas nós temos que investir. Nós não precisamos estar dando benefício para as grandes empresas. Eu tenho certeza de que o pequeno e médio empresário, se tivessem acesso a 53 empréstimos a fundo perdido do BNDES, se tivessem a área doada pelos municípios, com benfeitorias, sem ter que pagar imposto nenhum e ainda tivessem a possibilidade de não pagar os impostos federais, eu tenho certeza de que todos seriam grandes empresas. Porque esses benefícios vêm para um ou outro. Em breve veremos um grande homem do varejo envolvido em alguma operação, como vimos a Odebrecht, como vimos outras construtoras e empresas se beneficiando com dinheiro público...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** ...se beneficiando com o dinheiro do povo. São 539 mil pessoas desempregadas! Isso é um exército, são milhões de bocas, milhões de famílias que não conseguem ter dignidade, que não conseguem ter o seu sustento. O que nós precisamos, para o ano que vem, nas eleições que vão ter em vários municípios, é reerguer, é dar essa dignidade para o povo, esse orgulho para o povo. O maior orgulho, o maior patrimônio do trabalhador é o seu emprego, é o sustento da sua família. Isso está sendo tirado de 539 mil pessoas aqui nesta cidade. São 539 mil pessoas que não conseguem emprego. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores desta Casa, público das galerias, eu subo hoje a esta tribuna para falar do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher que se realiza sempre no dia 25 de novembro. A violência contra a mulher tem raízes na desigualdade e na discriminação e sua prevenção e erradicação devem estar baseadas na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

Conforme dados da ONU, pesquisas revelam que a pandemia da violência contra mulheres e meninas afeta uma em cada três mulheres em algum momento na vida. Este não é um fenômeno recente. Nos últimos meses, movimentações globais têm trazido o tema à tona a partir da determinação e da coragem de ativistas e sobreviventes. Ao mesmo tempo em que a visibilidade pública é permitida, em diferentes lugares do mundo, sobre a ação de violência de gênero, são identificadas movimentações contrárias aos direitos da mulher, o que é visto como uma ameaça ao progresso. As duas tendências apontam para uma realidade: nenhum país, nenhuma organização está imune ao abuso sexual e à violência. Mulheres e meninas de todo o mundo ainda sofrem o abuso e a violência com base em gênero.

Em nosso estado, os números são alarmantes. Segundo dados do anuário brasileiro de segurança pública de 2019, referente a 2018, o número de casos de feminicídios no Estado do Rio Grande do Sul aumentou cerca de 40,96%! Isso mesmo: 40,96%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Somente na semana que passou eu recebi três pedidos de ajuda de mulheres vítimas de violência em seus lares, com os seus companheiros e suas filhas. Desses números, Porto Alegre ocupa o primeiro lugar em todos os indicadores, tendo em vista possuir 3.061 casos de ameaça; 2.554 casos de lesões corporais; 185 casos de estupro; 6 casos de feminicídio consumado; e 47 casos de feminicídio tentado. Nós, como representantes do povo, precisamos lutar juntos pelo avanço das Patrulhas Maria da Penha e criarmos alternativas para acolhimento, tratamento e acompanhamento de todas as mulheres. Porque não é não! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde e todos os cidadãos e cidadãs que acompanham pela TVCâmara; hoje, em nome da nossa bancada – vereadores Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa –, quero fazer aqui algumas colocações que acho pertinentes. Quero registrar que hoje é o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, e nós sabemos que o Brasil está em quinto lugar no *ranking* da violência contra a mulher. A cada duas horas, infelizmente, uma mulher perde a sua vida, por vários fatores: é o machismo, é a falta de compreensão, é a não divisão da relação familiar, imaginar que alguém pode ser inferior ao outro. Nesse sentido, este é um dia de luto, e de luta mundial na defesa da não violência contra a mulher. Por isso, em nome da nossa frente parlamentar aqui na Câmara, e também possivelmente na Assembleia Legislativa, é feita essa referência e ações importantes de convencimento aos homens pela não violência.

Quero, nesta tarde, usando também o período de liderança do Partido dos Trabalhadores, dizer que, há pouco tempo, e é de conhecimento de todos os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, pela decisão de extinção do IMESF, do Supremo Tribunal Federal, o governo municipal achou por bem querer demitir os 1.840 funcionários do IMESF, e fez vários movimentos, intempestivamente, com certeza. Recuou, mas não o suficiente, pois mandou a esta Casa um projeto de lei em regime de urgência pra votar a criação de vagas para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de endemias, coisa que para nós não é o momento, pois o julgamento dos embargos feitos pela própria Prefeitura e entidades sindicais podem demorar um ano ou dois anos, sem necessidade de querer extinguir ou criar vagas neste momento, desobedecendo, inclusive, várias leis, a própria lei das licitações, a Constituição, a Emenda Constitucional nº 51 e a Lei Federal nº 11.350 que garante aos profissionais da saúde, quando fizeram prova seletiva, a absorção automática neste programa de Saúde da Família em Porto Alegre. Ora, se esses servidores, se esses trabalhadores, embora com regime CLT, estão com o direito assegurado pelas seleções feitas em anos anteriores, baseado na Lei Federal nº 11.350, não pode o governo botar a carreta na frente dos bois mandando um projeto de lei criando as vagas se as vagas já existem para um outro sistema. Ele ainda diz no projeto de lei que o regime agora é estatutário. Não pode, pois, para sair do regime celetista para o regime estatutário, todos terão que fazer prova seletiva, um novo concurso, e eles já fizeram. Tanto é que o Ministério Público de Contas encaminhou à justiça uma ação cautelar para poder trancar essa iniciativa do governo ou que o governo retire, Ver. Mauro, líder do governo, a urgência desse projeto de lei. Venho, em nome da nossa bancada, pedir a sensibilidade do governo porque nós constituímos, no Tribunal Regional do Trabalho, uma comissão com todos os ministérios, com a Câmara de Vereadores, com as entidades representativas, para fazer uma mediação desse processo. Mas, infelizmente, o governo municipal não está indo às reuniões, está indo somente o IMESF. Portanto, o IMESF, nesta reunião disse que não

fala pelo governo. Nós queremos que alguém vá e fale pelo governo. Para nós podermos buscar uma saída, que seja importante para a cidade, para que não demitam os servidores, para que não paralise o atendimento médico, como paralisou nos últimos dias o pronto atendimento da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro. Nós queremos que Porto Alegre ande, mas é preciso dizer ao prefeito que é preciso trabalhar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** ...Para concluir, nobre Presidenta, é fundamental que o governo retire o Regime de Urgência, até porque, na próxima semana, ele poderá trancar a Pauta, como está trancando alguns outros projetos de lei do governo que, infelizmente, não terá êxito neste plenário. Portanto, o nosso apelo, e esperamos que o governo se sensibilize, porque votar no atropelo, sem discussão, ou querer votar algo que não conhece, simplesmente, porque a base tem maioria, é realmente desrespeitar os cidadãos e os trabalhadores da nossa área da Saúde em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo o processo SEI nº 037.00171/2019-21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na Reunião no Conselho Federal de Corretores de Imóveis, em Curitiba-PR, nos dias 27 e 28 de novembro de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 14 ao PLE nº 021/19.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, todo mundo que nos acompanha na tarde de hoje, nossos colegas, eu ouvi aqui as ponderações do vereador do PT, Ver. Oliboni, e eu não pude deixar de me inscrever aqui para debater, pela milionésima vez fatos que não são trazidos à tribuna da maneira correta. Em primeiro lugar, Ver. Oliboni, o senhor fala sobre o governo ter sensibilidade com essas 1.800 pessoas do IMESF. Olhe só: quem tinha que ter sensibilidade seriam vocês, autores do projeto que extinguiu o IMESF, ou o senhor vai negar que o senhor apoiou a tese que tem como autor o Simpa, que tem o PT; o CPERS, que tem o PT; os sindicatos que têm o PT. Em vez de vocês dizerem que o culpado é o Marchezan, porque o ano que vem tem eleição, seria mais legal vocês virem aqui e comemorarem, porque a tese teve ganho de causa no Supremo. Seria muito mais justo,

muito mais coerente, muito mais ético, muito mais moral subir aqui e dizer: “Ganhamos no STF e a nossa causa está extinguindo com o IMESF, o que causará 1.800 demissões; o Supremo deu ganho à nossa tese, porque não podia ser um instituto daquele jeito”. E foi num governo que nem era o governo Markezan! Então, se vai lá na ponta, se mente que estão em greve, porque não estão recebendo, mas é mentira, todos estão recebendo! Eu vim aqui fazer um apelo não apenas ao vereador do PT, mas a os políticos: esqueçam as questões eleitorais, de fazer isso com a preocupação... E trazer meias verdades? São meias verdades! O PT, o PSOL, o PSTU, o PCdoB são campeões de fazer isso: criam dificuldades, entram na justiça, extinguem o IMESF, o que gera agonia, tristeza em pessoas que, numa grande parte, fazem o trabalho que tem que ser feito. Aqui a gente elogia as iniciativas dos governos anteriores que também defenderam o IMESF, e este governo entrou com recurso para manter o IMESF, está aqui, apresentou na Câmara para nós autorizarmos a parcela que tem que ser pública, e continuam fazendo discurso eleitoral, usando a angústia dessas pessoas para mobilizar através da raiva, para jogar no adversário eleitoral a culpa. Por favor, chega disso! Por favor, não mintam para aquela pessoa que precisa do atendimento público de saúde. A verdade é esta: os autores do processo que extinguiu o IMESF hoje querem recolher, arrebanhar os votos das pessoas que estão ali passando por aquela dificuldade. Tenham decência, subam aqui e, pelo menos, assumam que tiveram uma vitória na Justiça. Assumam, façam isso, digam: “O nosso processo, nós ganhamos, nós extinguimos o IMESF”. Não usem as pessoas para tentar arrebanhar uns votinhos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Quero saudar os colegas vereadores, o público nas galerias e o público que nos assiste pela TV Câmara. Minha fala de liderança hoje é para fazer um panorama geral da relatoria do orçamento de 2020 – tive a honra e a responsabilidade de ser o Relator neste ano. Teremos mais de 900 proposições para apreciação pelo Legislativo. Os vereadores têm, agora, no próximo ano, essa novidade, que são as emendas impositivas. De antemão, quero agradecer especialmente à minha equipe, ao Rafael Abreu, ao Cláudio Scherer, o Gustavo Fernandes, que tiveram longos dias, tardes e noites, enfim, ajudando a montar esse relatório, que agora já está à disposição da CEFOR para votação amanhã. Em breve, deverá ser votado pela Câmara todo o orçamento.

Para passar um panorama geral para todos os colegas, para fins de esclarecimento e transparência, também, como é que se deu esse processo? Nós tivemos 934 alterações à Lei Orçamentária Anual de 2020, que foram apreciadas e alteradas em um prazo formal de pouco mais de 72 horas. A nossa equipe teve 48 horas para montar o relatório. Tivemos participação ativa... E eu faço questão de registrar um

agradecimento à Diretoria Legislativa e à sua equipe, também aos servidores e integrantes da CEFOR, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Planejamento e Gestão e da maior parte dos gabinetes dos vereadores, que contribuíram, fazendo os reajustes, correções e alterações necessárias para que o processo se desse da melhor forma possível.

Nós tivemos um total de 839 emendas apresentadas, sendo 5 emendas populares, 47 emendas parlamentares e 787 emendas parlamentares de execução impositiva. Acho que cabem aqui, especialmente, os questionamentos que a imprensa fez sobre o volume de emendas impositivas. O Ver. Cassio fez uma reflexão, em conversa entre os vereadores: no Congresso Nacional, nós temos 25 emendas por parlamentar, se nós fizéssemos esse mesmo comparativo, nós teríamos cerca de 900 emendas aqui, na Câmara Municipal, nós ficamos um pouco abaixo disso. Então, não me espanta, na verdade, o volume de emendas. Aliás, fiquei feliz ao analisar cada uma delas, e ver que cada uma delas contempla demandas populares, beneficiará a população de Porto Alegre, e portanto, atende as mais diversas e complexas necessidades da nossa população. Nós tivemos ainda protocoladas 80 subemendas, pelos próprios autores; uma mensagem retificativa, do Executivo, que inclusive, veio em cima do prazo de vencimento do recebimento das emendas, e uma subemenda à mensagem retificativa, essa que boa parte dos vereadores assinaram em conjunto, por conta do prazo muito exíguo para fazer as alterações. Por parte do relator, nós apresentamos, eu apresentei duas emendas com alterações, envolvendo as rubricas atinentes às emendas impositivas destinadas à saúde, respeitando então a norma vigente, e também 35 subemendas, todas com vistas a corrigir equívocos formais nas emendas. É importante deixar claro que todas as emendas de relatoria tiveram como critério a gente atender às normas formais. Não entrei, em nenhum momento, nas questões de mérito da proposição, porque entendo que é autonomia de cada um dos parlamentares fazerem a sua destinação.

Sobre os critérios de análise, e é aí que o relatório virá com os aceites ou rejeições das emendas, eu faço questão de deixar claro que o critério de apreciação das impositivas. Nós entregamos um documento via SEI, e também comunicado nesta tribuna a todos os colegas vereadores no início do processo sobre critérios utilizados. Então, as emendas que deveriam ter destinação de recursos para atividades já previstas pela lei orçamentária, conforme já prevê a nossa legislação, em caso de entidades de utilidade pública foi requerida a declaração de utilidade pública, tanto que estava presente na lista anexa da LOA, ou por meio da apresentação da lei que fazia com que o reconhecimento houvesse, e sempre que possível, tivesse a criação da subatividade para facilitar a execução da proposta.

Sobre a rejeição é importante notar que nenhum julgamento teve por base o mérito, que nem eu já falei, nas emendas impositivas, e não foi feita nenhuma avaliação de condições técnicas por parte do Executivo de executar essas propostas. Nós até entendemos o argumento do Executivo da dificuldade, dado o volume de fazer o acompanhamento e viabilização. Mas especialmente, por ter vindo uma retificativa do governo, tão próxima do prazo, nós entendemos que não era viável em tempo hábil fazer a reorganização e retificação de todas as emendas para atender isso. Entendemos

que nesse volume de emendas é possível a execução. Nós não utilizamos como mérito na nossa análise de rejeição ou aprovação a viabilidade de, pelo Executivo, acompanhar isso. E nós temos pela lei um prazo de 120 dias para adequação, ajuste das emendas entre proponente da emenda...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** ...Por último, como considerações finais, eu faço essa sugestão, enquanto relator, para que nos próximos anos, nós tenhamos um processo ainda mais bem conduzido, ainda mais simples, fácil de ser conduzido, que nós tenhamos, talvez, alguns critérios que limitem o volume de emendas impositivas, talvez pelo limite de valor ou limite o número de emendas. Entendemos que esse primeiro ano não cabia acolher a retificativa do governo por ter tido muito pouco tempo para fazer as adaptações, mas acho que é papel, inclusive, desta Casa decidir em conjunto, enquanto Parlamento, que regras gostaria de ter, como elas se dariam. Então, acho que o Parlamento Municipal de Porto Alegre pode discutir ao longo do próximo ano esse regramento. A mensagem retificativa apresentada no último dia estabelecido para a apresentação das emendas procurou alterar alguns desses pontos, visando esse regramento e que nós entendemos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** ...Então, fica como sugestão também ao Executivo que elabore um projeto de lei com regramento, organização da execução de emendas impositivas e encaminhe para esta Casa para que nós possamos ter aí um amplo debate plural, por todas as bancadas, todos os vereadores, sobre como gostaríamos, enquanto Cidade de Porto Alegre, conduzir esse processo.

Para encerrar minha fala, quero agradecer a atenção e paciência que todos vocês tiveram comigo e com a equipe, foi um trabalho bastante desgastante, fim de semana a dentro. Estava em palestras, no Rio de Janeiro, no sábado, e, ao mesmo tempo em que não estava dando palestra, estava revisando o relatório. Reforçando o agradecimento à minha equipe e às equipes que se envolveram diretamente com o relatório. Parabênzo a Câmara, acho que ao final de tudo esse processo dará uma mensagem positiva para a Cidade de Porto Alegre de que as emendas impositivas podem ser, sim, na sua maioria, positivas para a Cidade e para o cidadão de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver<sup>a</sup>. Karen Santos está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, vereadoras, vereadores, público que nos assiste na galeria, na TVCâmara. Subo a esta tribuna para me somar na campanha os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra às Mulheres, identificando no pacote que mexe no plano de carreira dos servidores públicos, sobretudo das professoras da rede do Estado, uma categoria majoritariamente composta por mulheres, enquanto um brutal ataque à autonomia financeira dessa categoria, desse gênero que vem já sendo tão surrado aí pelas estatísticas. Acho que é importante a gente tentar avançar no nosso entendimento do machismo, inclusive do Estado enquanto agente direto na promoção destas políticas que acabam massacrando e aumentando ainda mais a segregação que existe entre mulheres e homens dentro da nossa sociedade. A gente tende a dizer que as políticas públicas, que o Estado não é machista, mas, ao mesmo tempo, a gente vê o desmonte de uma carreira em que, majoritariamente, as mulheres garantem a sua autonomia financeira. A gente diz que o Estado não é machista, mas, ao mesmo tempo, a gente vê o desmonte das políticas públicas e que, majoritariamente, as mulheres são atingidas, como a escola pública, a necessidade de creche, a necessidade de assistência, a transferência da Casa\_Viva Maria - uma casa referência no acolhimento às mulheres, de uma Secretaria Municipal\_da Saúde, porque a gente entende que a questão da violência contra a mulher é uma questão de saúde pública, sim, tem que ter médico, tem que ter psicólogo - para uma Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte; então, vários ataques que hoje a gente entende. As estatísticas, brutalmente, com a violência direta do homem que bate na sua mulher e não em todo o contexto que faz com que a gente seja a principal vítima do desmonte das políticas públicas e do ataque às nossas carreiras. Nesse sentido, eu subo nesta tribuna para também me somar ao apoio direto à greve, desta categoria que está se mobilizando, indo para a segunda semana de greve, uma categoria que está há mais de cinco anos com o salário parcelado, mais de cinco anos sem reajuste financeiro. Quem conhece a realidade da escola pública aqui entende o que significa o adoecimento mental que a gente vem sentindo na pele, quem é professor, quem é educador, quem é estudante – um contexto de violência. O teto, de fato, caindo sobre as nossas cabeças; a estrutura hidráulica e a estrutura elétrica não existem; equipamento – bola, retroprojektor, quadro branco -, essa estrutura, em boa parte das escolas públicas, não chegou ainda. Quadra de futebol, quadra coberta, é o básico que a gente está exigindo. E esta greve que está sendo colocada, ninguém faz greve por querer, a gente faz greve por necessidade, necessidade de uma valorização que todo mundo, para se eleger, acredito que deve ter colocado: necessidade de educação, segurança e saúde. Mas, na prática, depois que a gente recebe os nossos mandatos, muito pouco a gente faz para modificar para melhor essa realidade. Todas as políticas que vêm sendo apresentadas para tirar o Brasil da crise é aprofundar ainda mais essa segregação, é violentar ainda mais estas pessoas que seguem sendo violentadas, estes trabalhadores que estão lá na ponta no dia a dia garantindo o futuro digno para a nossa juventude, para o futuro da nossa Nação.

Amanhã, vai ser um dia muito importante. A gente vai ter a segunda assembleia da nossa categoria às 13h30min na Praça da Matriz e, às 16h, um ato unificado junto com os demais servidores estaduais; a importância de a gente estar na rua, estar dialogando, estar fazendo a diferença e mostrando a importância desses serviços. Depois que a gente perder, não adianta chorar. Depois que a gente perder a escola pública, que privatizarem tudo, e a gente tiver que pagar para ter acesso ao mínimo, ao básico, não adianta reclamar, a gente tem que estar na luta e com disposição de fazer essas batalhas agora. Temos que dizer para esse Eduardo Leite, assim como para o *playboy* do nosso governo municipal, o Marchezan, que a gente não aceita que mexam naquilo que é mais precioso. O estado dentro das comunidades ainda é a escola, o mínimo de política pública que a nossa juventude, que a nossa estudantada acessa é a escola. E o que é que estão fazendo com a nossa escola? Quais são os projetos que estão apresentando para a nossa escola? Que tipo de democracia está sendo utilizada para decidir se esse projeto é bom, ou se esse projeto é ruim? Hoje a gente vê uma patrula passando por cima dos nossos direitos, passando por cima da mínima possibilidade que a gente tem de debater o futuro no que diz respeito à nossa profissão, à educação dos nossos filhos, dos nossos amigos, da nossa comunidade. Acho muito desrespeitoso, inclusive com as mulheres, com os educadores, com o futuro do nosso País, que é a juventude, são os estudantes da escola pública, a forma com que vem sendo feita a elaboração dessas políticas e implementadas a rodo. A greve é importante por isso, todo apoio à greve dos professores e das professoras da rede estadual de ensino.

(Não revisado pela oradora.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0316/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 147/19**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que determina a inclusão de conteúdo curricular acerca das diretrizes da proteção, dos direitos e do bem-estar animal, como tema transversal, nas disciplinas ofertadas na rede municipal de ensino.

**PROC. Nº 0333/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/19**, de autoria da Mesa Diretora, que cria gratificação especial devida ao servidor efetivo designado para atuar como sindicante, como integrante de comissão de sindicância ou em inquérito administrativo.

**PROC. Nº 0544/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 239/19**, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que denomina Rótula dos Quimbandeiros o logradouro não cadastrado conhecido como Rótula Dante A Pilla – Silvestre Rodrigues, localizado no Bairro Costa e Silva.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Convido os líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.)

Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para uma sessão extraordinária na quinta-feira, dia 28 de novembro, às 9h30min.

Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezada Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; meus colegas vereadores e vereadoras, neste período de Grande Expediente de hoje, aproveitando os 15 minutos que tenho, venho prestar contas em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que realizamos nesse final de semana, dias 22, 23 e 24, o 7º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil. Infelizmente, durante o nosso congresso, prestamos duas homenagens a duas figuras importantes, uma, que diz respeito a nós, da nossa Casa, que é o Clóvis Ilgenfritz da Silva, foi vereador nesta Casa, foi deputado federal, foi presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil e deixou uma contribuição e um legado a todos nós nos temas da inclusão social, da soberania nacional, do urbanismo com inclusão. Então, vimos aqui, em nome do nosso partido, prestar a homenagem e buscar a solidariedade de todos que nos ouvem neste momento e que certamente, em breve, faremos uma homenagem da cidade de Porto Alegre ao ex-presidente da Câmara Municipal, Clóvis Ilgenfritz.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Ver. Engº Comassetto, eu quero me somar às homenagens ao nosso querido e sempre vereador, Clóvis Ilgenfritz, e dizer da grandeza do seu nome aqui em Porto Alegre, no Estado. Quando eu fui presidente da Câmara, ele foi meu secretário-geral, uma pessoa de estreita relação comigo. Eu não estive presente no domingo porque estava viajando, mas cumprimento pela homenagem ao nosso vereador, Clóvis Ilgenfritz. Muito obrigado.

**VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT):** Muito obrigado, Ver. Ferronato. Aconteceu aqui na Câmara, encerrado ontem, após a meia-noite, a homenagem por vários colegas – a cidade de Porto Alegre se fez aqui presente.

Mas quero voltar ao tema do 7º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Tivemos o prazer de estarmos reunidos na Casa de Portugal em São Paulo no 7º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. O congresso iniciou com um seminário internacional, em que estiveram presentes o Sr. José Luís Rodríguez Zapateiro, ex-primeiro-ministro da Espanha; a Presidente Dilma, deposta por um golpe neste País; o representante do Parlasul; o Sr. Jean-Marc Germain, representando o Partido Socialista Francês; representantes do Partido Socialista Português – um conjunto de representações e embaixadas do mundo todo. Dito isso, o Partido dos Trabalhadores tem o prazer de dizer que realizou o seu congresso com mais de 800 delegados eleitos na base – em todos os municípios brasileiros houve um processo de eleições diretas, com a renovação de todas as direções municipais. Realizaram-se congressos estaduais com a renovação de todas as direções estaduais. Aqui no Município, a nova presidente é a ex-colega, Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste; e para presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado, o deputado Federal Paulo Pimenta. O Partido dos Trabalhadores é o maior partido da América Latina hoje, tem mais de 2,1 milhões de filiados. Depois da prisão política do Presidente Lula, por incrível que pareça, o partido passou a receber mais de 200 filiações por dia – isso é um cotidiano, temos tido o prazer de recepcionar o povo brasileiro. Nesse seminário internacional foi debatido, junto com Sr. José Luís Rodríguez Zapateiro, ex-primeiro-ministro da Espanha, com a Presidente Dilma Rousseff, ex-Presidente do Brasil, deposta por um golpe, com Jean-Marc Germain, secretário do Partido Socialista Francês, com Jorge Taiana, deputado do Parlasul da Argentina, e o ex-chanceler Celso Amorim. Celso Amorim elevou o Brasil aos maiores patamares de reconhecimento internacional, sendo o Brasil reconhecido em todos os continentes, e o ex-presidente Lula sendo um dos presidentes mais respeitados do mundo, e que recebeu até hoje o maior número de título Honoris Causa que um presidente da América Latina já recebeu, com mais de 19 universidades internacionais, entre elas a Universidade Oxford.

Na abertura do nosso 7º Congresso, Ver. Cecchim, o grande debate foi a conjuntura mundial e qual é o papel para enfrentar o neoliberalismo, que, através das guerras híbridas, vem atacando e destruindo. Aqui o nosso Congresso tirou uma moção de apoio ao povo boliviano. Ao inverso do que disse aqui o Ver. Cecchim, o presidente legitimamente eleito da Bolívia, Evo Morales, não saiu por livre e espontânea vontade, após ele convocar uma nova eleição, foi dado um golpe de estado na Bolívia. Ver. Cecchim, quem defende aqui o golpe está com as mãos sujas de sangue, pois nós temos mais de 50 cidadãos e cidadãs, principalmente da diversidade indígena, sendo mortos nas ruas da Bolívia simplesmente por defender o país que mais cresceu na América Latina nos últimos 15 anos, que diminuiu a pobreza, de 68% para 15%, que cresceu 4,5% ao ano, maior que o Brasil, maior que os Estados Unidos, maior que a Colômbia, maior que a Espanha, maior que a maioria dos países que se dizem desenvolvidos.

Na abertura do 7º Congresso, tivemos o prazer de termos uma mesa política de largo espectro. Antes disso, quero dizer que também prestamos uma homenagem ao Rabino Henry Sobel, que foi um grande defensor dos direitos humanos, um dos primeiros a se rebelar contra a ditadura militar, quando há 70 anos foi morto Vladimir Herzog, lá nos calabouços da polícia, da ditadura militar em São Paulo. O Rabino Henry Sobel veio a falecer justamente durante o nosso 7º Congresso, onde foi prestado também uma homenagem a esse defensor dos direitos humanos do Brasil, da América Latina e do mundo.

Na abertura do nosso Congresso tivemos o prazer de ter, representando o PCdoB, a nossa camarada, aqui de Porto Alegre, que já foi nossa colega vereadora e candidata na última eleição presidencial, Manuela D'Ávila. Também tivemos a representação do Juliano Medeiros, presidente do PSOL. Trago aqui aos companheiros do PSOL, assim como o PSOL também esteve aqui em Porto Alegre, no ato do PCdoB, no Congresso do PCdoB, juntamente com os nossos ex-presidentes, Olívio Dutra e Tarso Genro. Também a nossa presidenta Gleisi Hoffmann. Quero aqui dizer que a presidenta Gleisi Hoffmann foi reeleita por mais quatro anos, com 71% dos votos do Partido dos Trabalhadores. Por ser presidenta, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, uma mulher enfrentar todo o processo nacional com a prisão do ex-Presidente Lula e enfrentar a homofobia e o machismo da Nação brasileira, não é fácil para nenhuma mulher que tenha um cargo, principalmente representando o maior partido da América Latina, que é o Partido dos Trabalhadores. Diante disso, na fala do nosso ex-Presidente Lula, quero aqui destacar a primeira fala ao nosso partido após o Lula livre e, agora, a bandeira nossa é Lula livre e Lula inocente. E quero dizer que, amanhã, aqui no TRF da 4ª Região, se prepara mais uma farsa da turma do Moro, que quebrou o Brasil, dos julgamentos injustos, dos julgamentos que rasgaram a Constituição e que estão caindo direitos, um a um, assim como já caiu a presunção de inocência, que é um direito constitucional e não se discute. Na fala do ex-Presidente Lula ficou muito claro que a defesa do povo brasileiro, junto com todos aqueles que defendem a democracia e a soberania nacional contra o fascismo, contra a extrema direita, contra essa visão do neoliberalismo que destrói as riquezas nacionais e que retira o direito do povo, pois o Brasil hoje caminha a passos largos com as suas posturas de desrespeito à Constituição, caminha a passos largos à entrega do patrimônio público, que é a destruição das nossas grandes empresas, a destruição das indústrias brasileiras. Os Estados Unidos e o Moro, que se alinhou a eles, não perdoaram que a Odebrecht construiu o aeroporto de Miami, por exemplo. Foi a destruição com mais de 400 mil técnicos de nível superior, foram desempregados com o conhecimento da indústria pesada brasileira, da indústria do petróleo, da indústria portuária, da naval, da aviação, de alimentação, todas elas destruídas por uma política que veio com o golpe, no qual o Moro serviu como capacho desta destruição no Brasil.

Quero dizer aqui, também, que com a destruição da Amazônia, com a economia paralisada, eu não vejo ninguém, hoje, batendo panela com o dólar a R\$ 4,20. Na época da Presidente Dilma, o dólar estava R\$ 2,9. Quero que venham aqui debater conosco o porquê de 4,20. Por que a economia não tem comando, é a destruição brasileira e a retirada dos direitos do povo brasileiro. Está aí o Chile mostrando que todo

o povo está indo para a rua e que já acordaram por fazer uma nova constituição, porque os aposentados lá estão morando na rua. O que o Guedes quer aplicar aqui é a receita do neoliberalismo e da Escola de Chicago, o que foi aplicada no Chile. Não podemos deixar que isso aconteça.

Diante disso, quero dizer que o tema que lá tivemos, isso foi o debate. E o Presidente Lula recebeu inúmeras homenagens da Espanha, da Argentina, de Portugal, de Cuba, do México, mas quero destacar a homenagem que veio pelo Secretário Geral do Partido Socialista, em nome da Prefeita de Paris, para entregar o convite, já aprovado em Paris, para o ex-presidente Lula receber o título de cidadão parisiense.

Enquanto o Prefeito de Nova Iorque repudia a estada de Bolsonaro, quando diversos presidentes do mundo repudiam a estada de Bolsonaro, o Presidente Lula continua recebendo.

Agora, com a sua capacidade junto com os partidos, principalmente da esquerda brasileira, é buscar um programa de retomada dos direitos da população brasileira e de tudo o que está sendo retirado, nós temos que reverter essa agenda. Essa agenda nós sabemos que já começou. Em 2002, teremos de estar unificados. Aqueles que defendem o Estado Brasileiro, a soberania, a riqueza, o direito da população, e, neste momento, é justamente este debate que precisamos fazer. E venho aqui, com todo o respeito aos colegas que aqui estão, para dizer que nós estamos apresentando uma agenda política. E nós lançamos, também, no VII Congresso, aqui está, uma revista construída pelo Partido dos Trabalhadores: As Verdades sobre os Governos do PT. (Mostra revista.) Aqui está tudo o que se investiu na educação, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul: nós construímos 17 escolas técnicas federais, 18 *campi* universitários no Brasil. E a palavra de ordem que tiramos agora, meus camaradas, meus companheiros e todos aqueles defensores da democracia, não vamos cessar enquanto não comprovarmos, agora é Lula inocente e acabar com a farsa do Moro e da Lava Jato. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Colegas vereadores e público que nos assiste, eu tenho 15 minutos para falar aqui depois dessa fala do Ver. Comassetto, mas eu vou usar só um. Vou usar só um minuto para dizer ao Ver. Comassetto, à bancada do PT e a todo o público petista que nos assiste para dar o seguinte recado: Lula segue bandido, condenado e será preso novamente. Ainda bem que o PT segue iludindo, segue iludido, porque isso me dá a segurança e a tranquilidade de dizer que esse partido não mais ganhará o poder no Brasil e se tornará cada vez mais um grupo reduzido de radicais que negam a realidade, que mentem compulsivamente para o povo brasileiro, e que fizeram história, sim, como diz esse material, fizeram história e talvez o maior escândalo de

corrupção, duas grandes delações – de Delcídio do Amaral e Antônio Palocci – entrando para a história da política brasileira, fizeram história por fazer nascer no Brasil talvez um dos maiores movimentos liberais do mundo, respondendo a esse radicalismo tacanha que esse partido representa.

E, também, não dá para negar que tudo isso que eles mais criticam hoje no governo Bolsonaro é fruto do que nós vimos da tribuna agora: foi o PT que criou Jair Bolsonaro, e seguindo nesta linha, criará ainda mais governantes de direita, liberais, e veremos um país cada vez mais distante das ideias que o Ver. Comassetto e o PT defendem, que é o relativismo do crime, o relativismo moral, o socialismo e o comunismo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h32min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Aprego Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Mônica Leal, Ricardo Gomes e João Carlos Nedel, ao PLCE nº 005/19.

Aprego Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Idenir Cecchim e Lourdes Sprenger, ao PLCE nº 005/19.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, à Emenda nº 01 ao PLE nº 020/19.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0242/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/19**, que dispõe sobre diretrizes para a criação e a extinção de fundos públicos; estabelece novas regras para movimentação financeira dos atuais fundos e cria o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal, bem como autoriza o Poder Executivo a reverter os saldos financeiros dos fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal.

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82,§ 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 21-08-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em discussão o PLCE nº 005/19. (Pausa.) O Ver. Professor Alex Fraga está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, entra em discussão, neste momento, o projeto do Executivo de Porto Alegre, que faz modificações na legislação que determina o regramento para a utilização dos fundos municipais para diferentes áreas. Eis que, senhoras e senhores, como é um período de discussão, eu vou colocar aqui a minha singela e modesta opinião. No processo democrático, nós deveríamos ampliar o máximo possível do poder decisório a respeito da efetivação de políticas públicas para a população. Os cidadãos desta cidade deveriam ser frequentemente chamados a opinar sobre os rumos de Porto Alegre e a decidir, efetivamente, sobre a aplicação de recursos nas mais diferentes áreas desta cidade: na Cultura, na política pública para os idosos, para as crianças e os adolescentes, para a Saúde, para o meio ambiente, para a política ao enfrentamento aos problemas que se referem às questões das chamadas minorias. Tudo isso poderia ser efetivado, se nós tivéssemos o cumprimento da legislação. Infelizmente, boa parte desses fundos não conta com os recursos, porque, infelizmente, em épocas passadas, os recursos ali guardados, destinados à aplicação em determinadas políticas, em determinadas áreas, foram utilizados e não foram devolvidos. O governo apresenta um projeto para tentar corrigir, nas palavras do governo que passou, e pensar a cidade daqui para frente. Mas a criação de um fundo municipal prevê justamente a possibilidade de retirar uma parcela de recursos, de isolar uma parcela de recursos e permitir que essa parcela seja utilizada de forma mais democrática e não apenas a partir de um pensamento, ou de uma corrente ideológica, ou de uma linha de governo única e exclusiva. Dar à população, através dos seus conselhos municipais, a possibilidade de opinar, de direcionar recursos, é democrático, faz bem à cidade, faz bem à prática democrática. Eu gosto de democracia, mas no sentido pleno, não de quatro em quatro anos, onde as pessoas são convidadas a, atrás de um biombo, apertar determinados números e uma tecla verde para confirmar; democracia é muito mais do que isso, democracia é se envolver com os problemas e com sugestões para o enfrentamento deles. Mas isso não se faz apenas com boa vontade, é necessário que o governo ouça a população, como fazia tempos atrás, via Orçamento Participativo. Hoje o Orçamento Participativo não é sequer uma sombra do que foi nos seus primórdios; não há mais gestão democrática das políticas públicas desta cidade. Não há! Os conselhos municipais – alguns deles, obviamente – apresentavam a possibilidade de assinar embaixo sobre direcionamento de verbas. Se nós tivermos a aprovação deste projeto, sem qualquer tipo de alteração, isso vai pelo ralo, é a democracia se esvaindo da nossa cidade, justo a cidade que foi referência mundial em termos de decisão popular, de participação do povo, de engajamento das

peças, dos municípios na decisão soberana do que seria feito de Porto Alegre. Portanto, não consigo concordar com esse tipo de prática que fere de morte a democracia. Uma boa tarde a todos e continuemos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos, novamente. Nós voltamos, achávamos, talvez ingenuamente, que o governo não levaria adiante a votação deste projeto. Já tinha tentado, Ver. Airto, em outros momentos, votar este projeto, percebeu que é um projeto que trata de inúmeros temas e fundos que foram criados um a um graças a lutas específicas desta cidade. Não preciso lembrar aqui todos os fundos que compõem e que o prefeito quer extinguir; cada um deles nasceu, em determinado momento, para atender a uma necessidade específica.

Tantos sobem aqui a esta tribuna para falar de empreendedorismo, de liberdade, de gestão, mas não trazem aqui a fala de que uma boa gestão também precisa atender demandas setorializadas. A partir do momento em que você reúne todo recurso num caixa único, é a maior demonstração de que não há uma cadeia dentro do Município, não há autonomia na gestão dos recursos específicos da cidade. Não estou aqui nem falando ainda do controle social, estou dizendo só que, em termos gerenciais, toda técnica gerencial está baseada em centros de custo, por exemplo, que é uma expressão empresarial. Os administradores aqui – o Ver. Camozzato é um deles – sabem que determinada área dentro de uma empresa tem que ser medida e tem que ter recursos destinados para aquela especificidade. Reunir tudo num bolo só é uma contradição de uma boa gestão.

Digo isso porque gostaria de ouvir aqueles que defendem a ideia do mercado e a ideia de um gerencialismo da Prefeitura Municipal também contrapõem esses argumentos, que, na verdade, trazem uma centralização excessiva. Nós sabemos que aqui está também uma ideia de, ao reunir tudo num caixa único, atender às exigências que se colocam para que Porto Alegre tenha, entre aspas, um demonstrativo fiscal eficiente, quando, na verdade, o que está se desatendendo aqui é a concretização de políticas públicas específicas.

Quero lembrar aqui, por exemplo, um dos fundos que o prefeito quer extinguir é o fundo do Plano Diretor Ciclovitário. Foi uma lei criada por esta Casa, eu não estava aqui, em 2009, o Plano Diretor Integrado da Cidade, que criou o fundo para poder atingir uma demanda específica. No caso aqui, campanhas educativas, construção e manutenção das ciclovias da cidade. Está aqui a Ver.<sup>a</sup> Lourdes que fez emendas, tentando salvar os fundos da área do meio ambiente e da questão da proteção animal; e inúmeros fundos, como o Fumproarte e tantos outros que estão aqui elencados no projeto de lei.

Vejam, esses fundos, o Diretor Cicloviário tem, inclusive, um comitê gestor, também criado por lei que sua composição é, infelizmente, majoritariamente da prefeitura. Nós tivemos um projeto aqui apresentado que tratava da paridade na gestão do fundo do Plano Diretor Cicloviário, infelizmente, nosso projeto foi derrotado e foi aprovado um projeto do governo, ainda na legislatura anterior, criando um conselho gestor desse fundo, majoritariamente composto por integrantes do governo municipal. Mas independente disso, dessa anomalia, o fato é que houve uma ampla discussão, estou falando aqui de dez anos de discussão, ligado ao tema da mobilidade por bicicleta.

Então, seria no mínimo, sensato, vereadores que tratam de temas específicos, como a questão da pessoa com deficiência, dos idosos e de tantas outras áreas que o prefeito quer atingir, lembrar desse histórico, e lembrar dessa conquista que a cidade fez em diferenciar os recursos específicos, os fundos específicos e a participação social de um caixa único, vinculado ao interesse único do gestor em determinadas políticas da cidade.

Então, é um convite a lembrar das conquistas que esta cidade fez, e que está refletida na legislação, e que agora o prefeito, numa única lei, quer extinguir numa canetada só. Fica o convite, mostrando que esse não é um projeto vinculado a um espectro político da sociedade; não é um projeto da esquerda, ou progressista, ou de direita, é um projeto da cidade e que trata das conquistas da cidade. É nesse sentido que nós votaremos contrários ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo as Emendas nºs 03 e 04, da bancada do PT, ao PLCE nº 005/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Ver. Adeli Sell, solicitando votação em destaque das Emendas nºs 01, 03 e 04 ao PLCE nº 005/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, solicitando votação em destaque da Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/19.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte vereadores presentes. Há quórum.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente Mônica. Respondendo à provocação do Ver. Marcelo Sgarbossa, que perguntou aos vereadores que falam sobre empreendedorismo, sobre gestão, aos liberais, enfim, o que eles pensam sobre esse projeto, falou ele sobre ferramentas de gestão. Eu não sei, Ver.

Sgarbossa, e com todo o respeito e consideração, não sei que experiências de gestão o senhor tem, mas daquilo que aprendi e poderia citar ao longo dos meus anos de iniciativa privada, fica muito claro que, quando você tem um grande arcabouço de diferentes concentrações de recursos, com diferentes regramentos e com diferentes formas de finalidades de uso, torna muito complexa, senão completamente bagunçada a sua gestão, facilmente alvo de desvios de corrupção, facilmente alvo de falta de transparência para o cidadão, especialmente, quando esse recurso é público. Fica muito fácil de alegar incompetência do gestor, muito embora seja praticamente inviável de fazer uma boa gestão tamanhas são as fontes e as adversidades desses recursos.

Então, na verdade, quando eu olho para este projeto e eu olho para o objetivo do projeto de racionalizar a distribuição de recursos, fazer uma concentração dos mesmos e conseguir dar maior transparência e mesmo garantia de controle gerencial sobre eles, isso me parece fazer muito sentido – isso, sim – para que a gente tenha efetivamente uma melhor entrega ao final do processo. Obviamente, não existe uma garantia de que isso será feito, e eu acho que aqui cabe o papel do vereador, inclusive, de oposição, como o senhor, meu também, como independente, de fiscalizar o uso desses recursos, a implantação disso e o processo se dará a partir desse encaminhamento. É importante que os vereadores exercitem esse papel de fiscalização para que, no final das contas, o recurso do pagador de impostos tenha a sua destinação em benefício da população. Mas, uma coisa que para mim é clara, é que, no estado atual de coisas, não foi a caneta do legislador ou mesmo alguma intervenção do Executivo para novos fundos ou para diferentes regramentos dos fundos atuais que garantiu melhor execução dos serviços públicos ou que garantiu a entrega de recursos e serviços ao final. Não foi! O que se provou, na verdade, é que não adianta ficar criando fundos e, cada vez mais, regras para que o cidadão seja beneficiado; na verdade, a gente precisa mudar essa lógica. O Parlamento tem um papel importante em entender que não é da sua caneta que vai, necessariamente, garantir-se a boa prestação no final das contas e a gente vai ter um bom uso dos recursos públicos, mas, sim, talvez a sua boa fiscalização e ter talvez um arcabouço legislativo menor, mais simplificado, para que permita também que o Executivo, nos diferentes partidos e ideologias, consiga fazer uma melhor gestão. Hoje, eu vejo que os fundos são um grande risco para a administração pública, porque eles não permitem uma boa gestão com a devida transparência e permitem, sim, um grande espaço para saques, para usos diversos, para desvios de finalidade e por aí vai.

Então, eu acho que o projeto é meritório nesse sentido, eu tendo a ser favorável a ele por essas intenções, mas que, novamente, caberá a fiscalização por parte dos vereadores para ver se o intuito do projeto vai ser observado quando da sua aplicação. Hoje, da forma como está, não está funcionando. Então, que mudemos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores; é, de fato, uma discussão também de gestão. O que são os fundos? Ou melhor, eu começo: o que são os conselhos? Os conselhos não são aparato de governo. Os fundos, menos ainda! É preciso entender o espaço público. Camozzato gosta de falar dessa questão estatal. Vou lhe dizer, Camozzato: não confunda estatal com público. V. Exas. não são liberais. Os verdadeiros liberais sabem que existe um espaço autônomo público feito por pessoas autonomizadas e sem as amarras governamentais. São coisas distintas, é preciso distinguir.

Nos anos 1990, eu me lembro, a iniciativa privada começou com um papo de reengenharia, começou com uma conversa de que era preciso mensurar a capacidade, ter parametrização para tudo, absolutamente tudo. Tudo bem, cada um faz o que quer. Não vejo que na iniciativa privada existam tantos oásis de capacitação e de glórias a serem cantadas, não vejo, porque eu vejo falências, eu vejo recuperações judiciais neste País nunca antes vistas! Mas vejo que os fundos têm capacidade de captação. E não me venham com esta história: fizeram uma distinção que não tem explicação entre fundos que são intocáveis e outros fundos muito tocáveis. Toca hoje num, amanhã toca noutro. Já falei para os meus colegas vereadores aqui há poucos minutos atrás. Cuidado com essa questão. Não entrem nesse canto de sereia que “toca aqui, porque esses não precisam, nós temos que ter um gerenciamento através da máquina estatal”. Eu digo mais: o Fundo Municipal do Idoso fomenta hoje dois grandes programas do governo, porque o governo não tinha dinheiro para fazer, e o fundo municipal disse: “Deixa que esses a gente banca!” E bancou. Agora, convenhamos, os conselhos discutem, os fundos discutem, a autonomia das pessoas é fundamental para que se construa a política pública, que o povo sabe onde aperta o sapado – ou não sabe? Claro que sabe! Por isso, somos radicalmente contra mexer em qualquer fundo. Esse dinheiro é nobre, é sagrado, teve um custo de mobilização, de organização. Onde está a autonomia? Sempre se fala que o sindicato A, o sindicato B é chapa branca – é chapa branca quando discorda deles! Mas quando concorda: “Esse é um grande sindicato, tem um pensamento nobre, concorda, de fato, com a grande modernidade” – mas que modernidade? Onde está essa modernidade?

Nós temos a firme convicção, e quero apelar para o coração dos colegas vereadores que têm um trabalho social, falo isso pensando nos vereadores Alvoni, Freitas e Sossmeier, que têm trabalhos efetivamente sociais – esses três vereadores que estão me ouvindo. Os senhores não podem entrar nesse canto de sereia, hoje toca num e amanhã vai tocar em outro. V. Exas. têm um incansável trabalho popular, que nós não negamos, porque nós não nos achamos donos da verdade, não somos os criadores, mantenedores de sindicatos e instituições populares. Nós respeitamos a autonomia, que viva a força, e que se escute o povo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Boa tarde, Presidente Mônica; senhoras e senhores vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TVCâmara. Gostaria de tentar, com muita tranquilidade, em especial com o Ver. Adeli, que me antecedeu aqui, procurar, Ver. Cláudio Janta, abordar a essência deste projeto. Na verdade, este projeto está retornando à Casa, ele não logrou aprovação. Este projeto já veio, tramitou na Casa e não foi aprovado em outra oportunidade. E eu havia apresentado, Ver. Camozzato, uma emenda que foi incorporada ao projeto, porque, realmente, o projeto veio, na primeira vez, criando um fundo de reforma e desenvolvimento municipal, que propiciava que todos os saldos, Ver. Ferronato, não utilizados, pudessem, até 90%, ser convertidos para o Fundo de Reforma e Desenvolvimento. Pois bem, o projeto que agora tramita na Casa, incorporou a emenda que nós havíamos apresentado, Ver. José Freitas, e não é mais assim o texto que diz. No art. 12, diz o seguinte: “Poderá ser revertido ao Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal até 90% do valor correspondente aos saldos financeiros existentes e contabilizados em cada fundo público especial, em 31 de dezembro de 2016”. Ou seja, é aquele saldo que não existe mais, Ver. Paulo Brum, aquele saldo que foi utilizado para outras despesas. O Município pegou os recursos dos fundos e pagou servidores, pagou fornecedores, e hoje aparece lá no nosso balanço uma dívida, Ver. Alvoní, do Município para com os fundos, que são seus. Isso, Ver. Ferronato, faz com que a nossa nota, junto à STN, da nossa capacidade de pagamento, seja rebaixada. Então isso faz com que nós tenhamos, Ver. Bosco, menos capacidade de tomar empréstimos, Ver. Luciano Marcantônio, quando necessário. Mas esse recurso já foi utilizado para outras necessidades do Município, em especial na crise financeira que começou nos assolar a partir de 2014, 2015, 2016 – em 2017 não foi diferente. Pois bem, no art. 10 está previsto quais serão as fontes de recursos para o fundo que se está criando: “Alienação de ativos; juros de capital; convênios; doações e outras fontes previstas em leis.” Essas serão as fontes, Ver.<sup>a</sup> Karen, do novo fundo, que é o Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal. É verdade que também será fonte o saldo previsto no art. 6º desta lei. O art. 6º diz que poderão, por lei, serem extintos. O governo terá que mandar uma nova lei para cá para extinguir fundos quando os mesmos não forem devidamente implementados em três anos ou não possuírem movimentação financeira em três exercícios. É por lei! Na verdade, até está criando uma restrição para o Executivo, qualquer Executivo, poder extinguir um fundo. E aí sim, o fundo que for extinto por esse motivo, depois de a lei passar aqui na Câmara, o seu saldo financeiro será a fonte orçamentária para o novo fundo criado.

Portanto, sinceramente, eu já defendi, com muita tranquilidade, na outra vez que o projeto esteve aqui, com a emenda que eu havia apresentado, agora com a incorporação da emenda ao texto, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, me parece que é plenamente razoável que possamos aprovar este projeto. Diferentemente do que alguns colegas vereadores estão dizendo aqui, que isso vai tirar recurso da assistência social, do fundo

X, do fundo Y, esses recursos não existem mais, já foram utilizados para outras despesas do Município. O que se está fazendo com este projeto é somente uma correção contábil, vai se dar a saída desse valor no fundo específico....

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Calote era não pagar servidores, era não pagar fornecedores, então, para não dar calote, o Executivo anterior se utilizou desta possibilidade. Esses recursos não existem mais e não são suficientes, não são mais possíveis....

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassio Trogildo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Vou prosseguir com muita tranquilidade, não vou ficar gritando com vocês aqui. Vou repetir o que vocês disseram: parte das galerias disse que isto é calote. Eu não concordo, Ver. Idenir Cecchim, calote seria não pagar os servidores, calote seria não pagar os fornecedores. Isso seria calote. Agora, calote pior pode ser continuar não tendo capacidade de se financiar por causa de uma operação contábil – o que vai ser feito aqui, Felisberto, é uma operação contábil: pegar recursos que não existem mais, dar saída para o fundo que está sendo criado, e esse dinheiro já foi utilizado. Portanto, esses recursos foram utilizados na administração do Município para despesas de manutenção, para despesas com os servidores, para as despesas gerais do Município. Agora escuta quem quer escutar. Tem gente, Ver. Mendes Ribeiro, que infelizmente não quer fazer a discussão. Se houve alguém incompetente foi quem não conseguiu gerir o País, jogando-o numa grande crise. Diz-se que a incompetência pode ser colocada em quem se quiser. Agora, quem administrou o País recentemente, Ver. Hamilton, é quem jogou o País nessa profunda crise, fazendo com que todos os municípios...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Presidente, por favor, deixe eles falarem um pouco – vou escutá-los, porque eu escuto, quando tem alguém na tribuna. Só peço que assegure meu tempo – vou deixar eles falar porque não gosto de falar com alguém gritando...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Senhores, por favor, senhores e senhoras que estão nas galerias, peço que deixem o vereador fazer a sua manifestação. Após a sua fala, os senhores se manifestem. Por favor respeitem, há um vereador na tribuna.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Eu gosto muito de ouvir o Felisberto, mas quando o Felisberto fala, eu fico quieto, por isso parei de falar, quando ele estava falando – mesmo ele estando na galeria, eu o escutei. Agora, Felisberto, não vou poder concordar contigo, porque Porto Alegre não está tendo outros financiamentos para atender o povo, aqueles que mais precisam, porque existe esta dívida que não foi contraída pela atual administração, com os fundos municipais. E esse dinheiro não existe mais, Ver. Reginaldo Pujol. Então, quer compreender isso, ou não quer compreender, Felisberto, infelizmente, é a verdade. Esse recurso não existe mais, então, não pode mais ser devolvido. Foi utilizado e seguiu a boa utilização do que preceitua as regras de utilização do orçamento. Se existe algum erro na utilização dos recursos, que o Tribunal de Contas aponte. Agora, beira a falta de inteligência, Ver. Ferronato, nós ficarmos com uma dívida que é do Município com ele mesmo, isso fazendo com que...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Não adianta, o meu tempo está lá... Mas eu ouvi vocês, inclusive, quando vocês falam, eu paro de falar, por isso que o meu tempo foi parado. O tempo que eu estou utilizando aqui é um tempo regimental. Tem gente que realmente vem aqui para Casa do Povo, mas não consegue entender o que representa a Casa do Povo. A Casa do Povo representa, Felisberto, que é um agente político da cidade, a democracia, e a democracia é a capacidade de todo mundo poder ouvir também. Eu ouço mais do que falo, bem mais do que falo! Falo pouco daqui da tribuna. Quando vou, inclusive, nas reuniões políticas da cidade, muitas vezes, só ouço, porque não tenho também, muitas vezes, a prerrogativa de falar. É assim quando eu vou nas reuniões do Orçamento Participativo, e fui em várias regionais, não pude falar, e nem por isso fiquei gritando lá quando não concordava quando alguém lá estivesse falando algo que não me contemplasse, mas isso faz parte do exercício da democracia. Creio que talvez essa minha forma de me comportar faça com que alguns aqui possam não ter como espelho, mas possam compreender a essência da democracia, que é muito mais ouvir para, depois, falar.

Eu estou contemplado, Presidente, agradeço ao meu colega Ver. Paulo Brum por ter me cedido o tempo. Não vou me estender porque não adianta repetir coisas para quem não quer compreender, Ver. Idenir Cecchim. Os nossos argumentos já estão colocados, eu tenho certeza que os vereadores aqui vão fazer com que a cidade possa ter mais recursos para aplicar para aqueles que mais precisam, e que talvez não sejam os que hoje estejam aqui sendo contra a captação de recursos para aplicar na cidade. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa Presidente da Casa, a Ver.<sup>a</sup> Mônica; colegas vereadores e colegas vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, uma saudação especial. Realmente, nós ouvimos, há muito tempo, no governo anterior, no governo federal, que uma certa presidenta que mudou ou ajudou a mudar o Brasil teria sofrido *impeachment* por pedaladas. Agora, o governo Marchezan quer dar a verdadeira pedalada aos conselhos, a verdadeira pedalada. Ele vai lá, busca todo o recurso que tem em caixa para usar para quê? Sabem para que ele quer usar? Artigo 9º do projeto de lei, “fica criado o Fundo da Reforma do Desenvolvimento Municipal que terá como objetivo a recuperação fiscal.” Ele retira da assistência para transferir para outros fundos, ou fundo único, para justificar a questão fiscal da Prefeitura. É lamentável! É tão lamentável que nós percebemos que não é pouca coisa. Os 90% dos fundos, sabem quanto vai somar isso? São R\$ 273.537.423,17. Mais de R\$ 200 milhões que ele vai tirar de onde? Desses fundos. Quem deu esse dinheiro para promover ações concretas a vários fundos? Nós podemos dizer alguns deles que serão extintos, por exemplo: o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, o Funcultura, o Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem, o Fundo Municipal de Direitos dos Animais, poderia dizer muitos outros aqui. Será que esses não têm mais políticas para poder continuar com a ação concreta que a cidade tem a obrigação de fazer? Para o governo Marchezan, não. O que importa mais, para o governo Marchezan, são os recursos destinados às consultorias, à publicidade e à propaganda. Para o governo Marchezan, importa é alocar áreas nobres para secretarias ou escritórios da gestão municipal, é terceirizar a saúde, é mudar completamente a lógica da função do Estado, do poder público para transferir para a iniciativa privada ter lucro, lucro com a doença às custas do sacrifício da população. Lamentavelmente, o governo Marchezan está perdido, tão perdido que, se nós perguntarmos qual é a marca do governo Marchezan, nós ficaremos pensando um tempo, outro tempo e não conseguiremos encontrar, porque a cidade continua abandonada.

O Pronto Atendimento da Bom Jesus, terceirizado, com um médico; o Pronto Atendimento da Lomba do Pinheiro também está terceirizado; a gestão do HPS está, também, terceirizada, está em consulta pública. Agora, no IMESF, ele quer contratar uma empresa paulista com problemas enormes por todas as cidades pelas quais passou. Ele quer terceirizar o que ele não pode terceirizar, porque o Ministério Público de Contas já disse que se terceiriza somente ações complementares. E isso não é ação complementar. O governo Marchezan perdeu a essência da gestão, por isso esse movimento de indignação da sociedade e de rejeição do prefeito que não consegue enxergar ali na frente. Portanto, a nossa indignação com essas atitudes tão deslocadas que acabam destruindo a política social, infelizmente, dos mais pobres, dos que mais precisam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, pela nossa Rádio Web e nas galerias, eu tenho uma pessoa que me deve. E essa pessoa não me paga e não tem como me pagar; essa pessoa está totalmente descapitalizada. Aqui está se falando muito em se apropriar de recursos dos fundos. Está se falando, conforme o documento da Fazenda, aqui, de se apropriar de recursos que já foram apropriados, de recursos que já não existem, de recursos que foram retirados, e já se passam alguns anos, e esses recursos não voltarão. Nós temos o exemplo clássico, que a gente vem discutindo, que é o fundo do Mercado. Nós não estamos falando dos recursos que tem, por exemplo, no Fundo Municipal da Saúde: R\$ 2.312.337,00 - esse não será mexido. Não estamos falando dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente: R\$ 20.668.719,00. Não estamos falando dos recursos do Fundo Municipal de Custeio da Iluminação Pública: R\$ 34 milhões. Não estamos falando do Fundo Municipal do Idoso: R\$ 30.501.000,00. Não estamos falando do Fundo Especial Pró-Mobilidade: R\$ 78.574.000,00. Estamos falando de dinheiro que não existe mais, estamos falando de dinheiro que é virtual, dinheiro que está somente aqui no papel e que não permite que a nossa cidade consiga resolver problemas existentes.

Na verdade, o projeto não está tirando nada de ninguém.

(Manifestação nas galerias.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Bom, aí é competência de quem tem base no governo e quem não tem. Se a Dilma não teve competência de ter base no Congresso Nacional para fazer a pedalada e convencer os deputados independentes, como eu fui convencido, como vereador independente, de que é o momento de botar dinheiro na cidade de Porto Alegre. E as senhoras e os senhores que estão em casa nos escutando têm que entender que as pessoas que defendem que esses R\$ 34.198.000,00 sejam colocados novamente nos cofres públicos querem tirar dinheiro da saúde, querem tirar dinheiro da educação, querem tirar dinheiro do bolso da senhora e do senhor que estão em casa, porque é a única forma que tem o Município de devolver os R\$ 34 milhões que foram tirados do Município. Quando isso foi feito, eu já estava nesta Casa e não vi ninguém se manifestando contrariamente, pelo contrário, faziam *lobby* para que esse dinheiro fosse usado como recurso, como já foi feito aqui, para pagar a folha de pagamento. Agora querem que a população de Porto Alegre... Quem irá pagar isso é a senhora e o senhor que estão em casa assistindo, não tem outra forma, ou faz o que eles estão dizendo, a tal de pedalada fiscal, que é permitida por lei, não estamos fazendo nada que a lei não permita. Isso está baseado na Constituição, na Lei Federal nº 4.320/64, nos seus artigos 71 a 74, agora não podemos mais tirar dinheiro da população de Porto Alegre, tirar recursos da população de Porto Alegre, sendo que, neste ano, esse fundo dispõe de R\$ 232.708.062,00.

Na verdade, a grande briga dos fundos se baseia no art. 3º e no art. 4º, que a partir de agora determina que todos os fundos públicos municipais deverão ter o princípio de transparência, origens e destinação de seus recursos e a eficiência na

aplicação dos recursos públicos. Diz ainda que os fundos deverão ser publicizados no DOPA e na internet, no mínimo quadrimestralmente, pelo menos com as seguintes informações: saldo financeiro atualizado, histórico de receitas auferidas, históricos de denominação de recursos, nome do gestor, resumo e pareceres homologados, prestação de contas e o plano de aplicação desses recursos. Mais transparência do que isso eu não vejo. Agora, tem nos fundos R\$ 231.708.000,00 liberados desde 2017. Está lá. Documentos da Fazenda estão aqui, os recursos dos fundos. Como eu já falei, o Fundo Especial Pró-Mobilidade, R\$ 78 milhões; o Fundo do Idoso, R\$ 30 milhões; o Fundo de Custeio da Iluminação Pública, R\$ 34 milhões; o Fundo da Criança e do Adolescente, R\$ 20 milhões...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Minha cara Presidente, Ver. Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, eu vou conversar um pouco aqui, até na condição de presidente da Frente Parlamentar que constituímos aqui na Câmara, para conversar sobre os conselhos municipais de Porto Alegre. Instituições que expressam a participação popular aqui, no nosso Município, e que nós precisamos ter um olhar todo especial para essa participação, que é a marca registrada da capital dos gaúchos, Porto Alegre. E foi a participação popular, e ainda é, a expressão maior que levou Porto Alegre a ser reconhecida mundialmente. Portanto, eu respeito a participação popular. E vimos nas tantas reuniões que tivemos com a frente que essas representações são contra – e já está se percebendo – o projeto. E eu, particularmente, divergindo de muitos vereadores, sou favorável a existência de fundos municipais. E eu explico o porquê. Lá em 2010, Ver. Janta, nós criamos, em Porto Alegre, por minha proposição – eu já repeti isso várias vezes –, o Fundo Municipal do Idoso. Essa política do idoso arrecadava, em Porto Alegre, R\$ 9.500,00 por ano, e passou a arrecadar milhões por ano – chegou a R\$ 17 milhões num ano só –, e hoje tem ali o saldo de R\$ 30 milhões, sou favorável.

Também ouvi aqui falar sobre a confusão dos fundos municipais, a dificuldade de gestão; os fundos municipais, Ver. Bosco, são um dos caminhos mais fáceis para buscar recurso público, mas também privado para as políticas sociais de Porto Alegre. A União deposita em fundos, o Estado deposita em fundos, são recursos públicos que vêm da União para as políticas de Porto Alegre. Portanto é preciso um olhar todo carinhoso para isso.

Na observação do art. 5º, nós vamos ver que a Fazenda precisa se manifestar favorável ao fundo; aqui na Câmara, quando apresentei o Fundo do Idoso, a manifestação foi que ele era inconstitucional porque causava despesa para o Município

de Porto Alegre – uns R\$ 500,00, R\$ 600,00 de despesa, Ver.<sup>a</sup> Lourdes! Causou R\$ 500,00 de despesa e viabilizou a arrecadação de R\$ 20 milhões numa tacada só, num ano só. Portanto, é preciso olhar com carinho para os fundos municipais.

Numa das audiências que nós fizemos, ou antes disso, foi falado aqui que a Prefeitura tem uma capacidade limitada de tomada de empréstimos porque deve aos fundos. Se deve aos fundos, para liberar essa capacidade bastaria parcelar essa dívida; se parcelássemos essa dívida da Prefeitura em 20 anos, não haveria o calote e a Prefeitura não deveria mais nada, nada vencido, voltaria a capacidade de tomada de empréstimo.

Para concluir, na audiência pública nós tomamos uma definição dos conselheiros para que se adiasse a discussão deste projeto. Este projeto precisa de mais discussão com a participação dos conselheiros, que são, na maioria das vezes, os gestores do fundo. Portanto, estou requerendo, Ver. Mauro Pinheiro: vamos adiar essa votação antes de encerrar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** ...Viabilizaria uma rodada de negociação mais aprofundada deste projeto, e, com isso, chegaríamos a entendimentos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/19.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, subo a esta tribuna para também contribuir com a discussão deste projeto. Lembro que, alguns meses atrás, a gente fez toda uma movimentação aqui na Câmara, inclusive encabeçada pelo Ver. Cassio Trogildo, para aprovação das emendas impositivas, e um dos argumentos que mais foi utilizado para aprovação desse projeto é que os vereadores, de certa forma, conhecem a realidade de Porto Alegre. Isso daria mais controle, mais pró-atividade para os vereadores proporem políticas públicas, e não é à toa: no início da sessão, o Camozzato mostrou o número imenso de emendas que mostram esse trabalho, esse compromisso nosso com a realização dessas políticas públicas e desses projetos.

Os conselhos, eu acredito que foi a forma com que a sociedade civil se organizou de forma pró-ativa para conseguir, de certa forma, também propor alterações concretas, captar fundos, captar recursos para fazer a transformação, em se tratando do esporte, em se tratando da política do idoso, em se tratando da preservação do nosso

patrimônio público. Eu acredito que essa forma mais democrática de organizar o orçamento é o que a gente vinha trabalhando aqui dentro desta Casa, inclusive, quando a gente não teve tempo para fazer as emendas impositivas, a CEFOR, numa forma correta, estendeu o prazo para a gente apresentar as emendas impositivas. Quando a gente quer fazer com que uma política dê certo, a gente não a extingue, simplesmente cria recursos e avalia em conjunto com os envolvidos a melhor forma de estar executando e trabalhando para que a política dê certo.

Eu percebo que hoje um fundo único na mão do governo Marchezan... Qual é a necessidade disso? Qual vem sendo as prioridades do nosso governo, em relação às praças e parques, em relação à extinção da Secretaria Municipal do Esporte, em relação à concessão, por 25 anos, do Mercado Público? Quais são as prioridades que o governo vem colocando na Ordem do Dia? Uma orla dois, com 80% de uma roda gigante, parecida com a de Londres? Dar mais isenções, mais políticas para o setor dos empresários, dos grandes bancos? Eu prefiro muito mais um fundo na mão dos conselhos, gerido pela sociedade civil organizada, do que na mão desse prefeito que hoje vem fazendo todo um desmonte das políticas públicas e fazendo uma política de cidade só para quem tem dinheiro para consumir, e tirando as possibilidades de os trabalhadores terem renda, para inclusive se inserir dentro desse modelo de cidade. Então, este é o nosso posicionamento com relação a votação desse projeto, que retrocede, inclusive, no entendimento que a gente fez há dois meses: quando é para os vereadores pode, quando é para a sociedade civil organizada não pode. Isso dá um nó na cabeça das pessoas. Então, vamos votar conforme a discussão que a gente vem avançando aqui dentro desta Casa da participação e do orçamento cada vez mais próximo da realidade das pessoas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezados colegas, vereadores e vereadoras, senhoras e senhores, eu quero dialogar com os colegas vereadores, aqueles que defendem o processo da democracia participativa, aqueles que defendem o processo do Orçamento Participativo, aqueles defendem o processo de resiliência, isso tudo significa que tem que ter um diálogo com a sociedade e que tem que ter construção de políticas públicas em conjunto e tem que ter destinação de recurso para poder aplicar nesses temas.

Há poucos dias, nós fizemos aqui uma homenagem ao ex-secretário Busatto, que foi um grande defensor do tema da resiliência, e o atual secretário da Fazenda que está aqui, o Busatto, quero cumprimenta-lo, que é filho do ex-secretário que defendia esse tema da resiliência. No momento em que essa política propõe criar fundos, como vem aqui defender fundo sem fundos? Para começar, por que não se aplicam os recursos dos fundos existentes hoje? E aqui, meus colegas vereadores, há política agora

de querer privatizar tudo, entregar o Estado, diminuir o Estado, Paulinho Motorista. Portanto, não dá para fazer aqui um discurso ambíguo. Nós somos contra as privatizações do patrimônio público. Nós somos contra a desvalorização que está ocorrendo do funcionalismo público. Nós defendemos que os funcionários públicos municipais sejam organizadores, elaboradores de projetos para o desenvolvimento da cidade. Já disse aqui, mais de uma vez, que o DMAE paralisou e vai faltar água novamente neste verão, Ver. Reginaldo Pujol, lá na nossa querida Restinga, na Lomba do Pinheiro, na Hípica, na Costa Gama, em toda a região porque o Município, na gestão Marchezan, não desenvolveu projetos que estão prontos lá, elaborados pelos técnicos do DMAE. O DMAE é uma joia do Município de Porto Alegre, assim como o Mercado Público também é uma joia do Município de Porto Alegre. Portanto, Ver. Adeli Sell, o Mercado Público, é uma joia do Município de Porto Alegre. Eu encontro seguidamente meus colegas vereadores no Mercado Público, como o Ver. Janta, que encontro com frequência usando o Mercado Público, almoçando. Se nós olharmos para cima daquele Mercado Público, para o teto, que foi renovado na administração popular, junto com os permissionários, e que se tornou uma referência, mas olhem para cima, para o teto do Mercado Público, Ver. Mauro Pinheiro, é uma vergonha. É teia de arranha, é sujeira, é mofo, que não dá para dizer que aquilo é o nosso cartão postal do coração de Porto Alegre. E o prefeito Marchezan quer o quê? Privatizar o Mercado Público! Por que não pega os R\$ 3 milhões que existem no Funmercado e aplica lá, junto com os permissionários, para recuperar aquela joia de Porto Alegre? Agora, propõe a lei aqui para acabar com o fundo! Não, não é para isso que nós criamos o fundo. Vereador Mendes Ribeiro, eu muito almocei com o seu pai lá no Mercado Público, e ele sempre foi um defensor do Mercado Público. Nós estamos aqui criando uma questão da política pública municipal; então, agora, querer extinguir os fundos, mas vir aqui fazer discursos defendendo a resiliência, com processo participativo, com processo que dialoga com a sociedade – eu não estou entendendo bem isso. Eu gostaria de entender melhor...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** ...Para concluir, Sra. Presidenta, muito obrigado por este mais um minuto. Ali está o Conselho Municipal da Saúde, eu quero dizer para vocês que, se não foram, vão lá no Lami, vão lá na Boa Vista, no posto Paulo Viaro, vão lá na Pitinga, tem filas de pessoas lá, está faltando medicamento e estão faltando profissionais da saúde. Será que os R\$ 20 milhões que tem aqui no fundo de saúde não podem ser utilizados para reestruturar? Claro que isso pode! Por que não utilizam? Eu gostaria de ter respostas. Nós somos contrários à extinção dos fundos, porque essa política não é a política de um governo, isso faz parte da história de Porto Alegre. Porto Alegre não pode morrer como a capital da democracia participativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/19, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, colegas vereadores, quero agradecer ao Ver. João Bosco Vaz pela cedência do seu tempo, apesar de o vereador não concordar com algumas coisas que eu vou dizer, a maioria. Mas o vereador é um cara democrático, gentil e, sabendo da minha necessidade, me cedeu o seu tempo. Eu quero dizer que contra fatos não existem argumentos. Eu subi a esta tribuna, quando o prefeito Fortunati fez o que fez, e denunciei o que estava sendo feito. Não foi uma, não foram duas vezes. O que me surpreende é a defesa do Ver. Aírto Ferronato, ele era líder do governo na época. Na época, o governo deu como a única saída, e foi feita a única saída que o governo tinha. Usou o dinheiro dos fundos, de todos os fundos para botar no caixa único, para incluir no caixa único. Agora fica legal nós fazermos jogo de palavras aqui, querendo dizer que tem, que não tem. É um dinheiro virtual. Eu tenho de ações da Petrobras que eu comprei com o meu Fundo de Garantia um monte de números, não sei quantos mil, vai, vai, vai, que não valem quase nada hoje em dia. Se eu tivesse ficado com o rendimento do Fundo de Garantia, pelo menos eu tinha lá os meus pilinhas corrigidos. Então, é um dinheiro virtual. Eu tenho um dinheiro virtual de ações da Petrobras. Eu tenho um dinheiro virtual de ações da Vale do Rio Doce que eu comprei com o meu Fundo de Garantia que não vale nada. Nós estamos brigando aqui por algo que não vale nada. O que vocês querem é que a sociedade pague a conta, é isso que querem, que a gente pegue recursos da sociedade que eram para ir para a sociedade, que eram para ser disponibilizados para a sociedade, seja na mobilidade urbana, seja na educação, seja na saúde, seja no que for, que a gente pegue esse montante e coloque lá nos fundos. Esses fundos que este ano – eu emprestei a folha para o Ver. Engº Comassetto e ele não falou – têm disponíveis R\$ 231.708.000,00 para o ano de 2017. Nem está aqui o dinheiro deste ano! Aí estão brigando, estão dizendo que nós estamos sendo irresponsáveis por R\$ 34 milhões que não existem. Uma grande parte desse dinheiro vai continuar lá, porque não vai pegar recursos federais, não vai pegar recursos de lugar nenhum. Então, leiam o projeto. Estão fazendo pedalada fiscal? Não sei, a justiça vai dizer. A justiça tem dito tanto para esta Casa, aprovamos os projetos e vem a justiça e diz que não vale, e aí vamos, novamente, discutir o projeto. Então, daqui a pouco será mais um projeto que não estará valendo, mas vai permitir que a Prefeitura busque recursos para fazer algumas coisas que tem que fazer. Já foram incluídas duas emendas, uma mantém o fundo dos animais; a outra, mantém o fundo do Mercado. Agora, o dinheiro do Mercado, dou um exemplo clássico: o dinheiro do Mercado Público, que temos acompanhado muito esse assunto, é virtual. Os permissionários sabem que esse dinheiro não existe mais.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Janta, só para lhe ajudar: o dinheiro virtual do Mercado

Público é aquele que a Dilma ofereceu para recuperar do incêndio, os R\$ 9 milhões, que até hoje não chegaram.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Então, estamos trabalhando com coisas irreais. Quero dizer que os fundos vão continuar com a sua autonomia, os fundos vão continuar trabalhando para a população de Porto Alegre, estão disponíveis, desde o ano passado, os fundos do Município, que têm, no total, R\$ 231.708.000,00. Realmente, estamos resolvendo uma situação criada lá no passado, que se apropriou do dinheiro dos fundos, só que nós não podemos fazer com que a população de Porto Alegre pague duas vezes.

**Vereador Engº Comassetto (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Janta, no caso específico do fundo do Mercado Público, cada mutuário contribui mensalmente com uma parcela que cai no fundo. Então, não é virtual, esse dinheiro entra.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Dinheiro atual, que se encontra lá com os demais fundos. Agora, o de dois mil e pouco, que vai até a correção de 2016, esse dinheiro não se encontra mais, nem no Mercado e em nenhum fundo.

**Vereador Cassio Trogildo (PTB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, eu falei, da tribuna, que escuto mais do que falo. Infelizmente, há colegas nossos que não estão com a informação completa. O valor que será transferido contabilmente é de R\$ 35 milhões. Os R\$ 231 milhões retira todos os fundos que recebem dotações e transferências, e que não vão ser contabilizados. Então, nós estamos falando aqui de R\$ 35 milhões, Ver. Ferronato, que compõem aqueles recursos que eram o saldo, em 2016. Eu, inclusive, pedi para verificar quanto têm de saldo esses fundos agora, que eu acho que é com que a sociedade tem que se preocupar de bem utilizá-los, que é muito superior a esses valores E tem muito recurso lá.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** E tem que utilizar porque esses recursos se encontram lá desde 2017 e são R\$ 231.708.000,00. Muito obrigado, Sra. Presidente, e Ver. João Bosco Vaz, que me cedeu o seu tempo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito que o Ver. Pujol assuma o comando da sessão.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, solicitamos a suspensão dos trabalhos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu acolho seu pedido. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h47min.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h50min:** Estão reabertos os trabalhos.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 05 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Não é novidade a importância do Fundo do Meio Ambiente, vendo as carências, ao longo dos anos, muitas vezes o próprio meio ambiente com temas necessários, com ações que não foram cumpridas por falta de recursos. Desconhecíamos que esse recurso não era repassado ao devido fundo, isso não é de agora. Então, só temos a lamentar que todo esse valor que não foi transferido foi utilizado, vamos dizer assim, indevidamente em outras rubricas, e o meio ambiente ficou a descoberto. Nesse ajuste, que é um ajuste contábil, não tem mais os recursos, mais ainda, temos a extinção do Fundo do Meio Ambiente.

Iniciei o meu ativismo na área do meio ambiente, e devido a grandiosidade desse tema, e o que é envolvido, o que está inserido, que são os animais, eu propus a permanência do Fundo Municipal do Meio Ambiente e do Fundo Municipal dos Direitos dos Animais. Esse fundo criado, construído para o Executivo, em 2012, infelizmente, não foi acertada toda a rotina, em nível de sistema para as multas do Ministério Público sobre os maus-tratos dos animais, multas outras, inclusive transferências ou doações para o Fundo dos Direitos dos Animais, ficou só na descrição, no decreto. Infelizmente, quem mais defendia os animais, na época, não colocou nem R\$ 10,00. O que tinha era uma multa do Ministério Público, porque lutamos muito para aquele crime ocorrido ali na Bento Gonçalves resultasse numa multa pesada do Ministério Público. Eu lamento que esse fundo só tenha a nominata.

Então, eu acredito que os vereadores irão aprovar a continuidade do Fundo Municipal dos Direitos dos Animais para um futuro, para se incluir mais recursos para o controle populacional. O meio ambiente é a obrigação de todos nós defendermos sem siglas partidárias, de nós termos os recursos necessários para atender os animais silvestres e tudo o que se refere ao meio ambiente nesta cidade. Por isso eu fiz esta Emenda nº 02 e conto com o apoio dos colegas.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**, por unanimidade.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/19, já que a votação foi simbólica.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Defiro seu pedido.

Em verificação de votação, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, colegas vereadoras e vereadores, nós estamos propondo a exclusão do ponto dez, ou seja, retirar o Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural – Fumproarte; o onze, o Fundo Pró-Cultura do Município, o Funcultura; o doze, o Fundo Municipal Cicloviário, e o nosso parágrafo único diz que a administração municipal fica proibida de contingenciar recursos dos fundos municipais. Ou seja, são fundos importantíssimos, temos toda uma discussão sobre os recursos que a EPTC tem que passar para o Fundo Cicloviário, é uma coisa que foi aqui discutida, eu me lembro, por longas e longas reuniões. O Ver. Mauro Zacher que colocou a questão de um plano cicloviário, debates foram feitos, o plano foi aprovado, e nós estamos muito aquém do que o plano previa de quilometragem das ciclovias. E nós temos ciclovias que não estão tendo manutenção.

Por outro lado, dois fundos importantes para a cultura do Município, posso falar isso com segurança, sou presidente da Frente Parlamentar de Incentivo à Cultura, inclusive, as emendas impositivas foram solicitações exatamente desse setor cultural, 90% dos recursos destinados a questões gerais, eu coloco nesses programas municipais de incentivo à cultura, não vejo razão para que se retire, que se ponha a mão nesses fundos. Portanto, a nossa emenda, a emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores, assinada pelo conjunto da bancada – Ver. Engº Comassetto, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Aldacir Oliboni e eu. Peço a aprovação da Emenda nº 03 para garantir a cultura na cidade. Uma cidade que sempre foi conhecida por investimentos importantes na área cultural e que não pode ser mudado. Nós já tivemos um vice-prefeito, que eu quero mencionar aqui, Glênio Peres, um grande homem ligado à cultura do Município, e para lembrar a sua memória, eu proponho que a gente aprove esta emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) Vereadores, peço que prestem atenção, eu estava encaminhando a votação porque ninguém se inscreveu.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Presidente Pujol, prometo prestar mais atenção nas próximas sessões. O senhor, no ano que vem, será Presidente desta Casa, então é importante que este plenário já se acostume ao modo de condução do Presidente Pujol, que é muito célere. Muitas vezes, a sua rapidez na condução nos deixa um pouco perplexos. De qualquer forma, eu acho que quem está aqui nos assistindo acabou de presenciar uma situação... Infelizmente, eu não consigo encontrar aqui o adjetivo, mas todo mundo percebeu que uma emenda da Ver.<sup>a</sup> Lourdes, do MDB, que é da base do governo, salvou, eu diria assim, dois fundos, o Fundo do Meio Ambiente e o Fundo de Proteção aos Animais. Depois, na subemenda, tentou-se dar, como se diz, um godô na Ver.<sup>a</sup> Lourdes. Apesar da votação unânime na emenda, depois, na subemenda, tentou-se retirar o fundo do meio ambiente, mas acabou sendo derrotado, felizmente. Essa emenda era assinada pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes, do MDB, da base do governo. A emenda anterior, assim como esta que me faz subir aqui à tribuna, que é assinada pela nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, tratava de salvar da extinção os fundos ligados à cultura. Logicamente, é uma emenda que nós fizemos a contragosto, porque nós queremos que o projeto seja rejeitado. Realmente, não estabelecemos hierarquia nenhuma entre cultura, meio ambiente e questão da defesa animal. Não é disso que se trata, muito menos de Plano Diretor Cicloviário ou de qualquer um dos fundos, mas fica evidente, pelo que aconteceu há cinco minutos, que quem assina a emenda direciona o seu destino.

Eu faço aqui uma fala não tanto do conteúdo desta emenda. Esta emenda também tenta salvar alguma coisa, mas, pelo que percebemos, o governo está decidido a votar o projeto, e, por ter sido assinada esta emenda novamente pela bancada do Partido dos Trabalhadores, já podemos antecipar o resultado. É um lamento, Ver. Conceição, que o Parlamento tenha se reduzido a quem assina a iniciativa, e não a que iniciativa está, efetivamente, sendo discutida neste plenário.

Não vou gastar os cinco minutos, porque em seguida teremos aqui uma audiência pública tratando desse projeto nefasto que muda a forma de eleição dos diretores e diretoras das escolas municipais. Espero que o plenário esteja desocupado para não atrapalhar a audiência que começa às 19h. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 04, destacada ao PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**, 20 votos **NÃO** e **02 ABSTENÇÕES**.

Em votação o PLCE nº 005/19. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Presidente Reginaldo Pujol, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, apesar de ter discutido a matéria e até utilizando dois tempos, resolvi voltar porque entendo que realmente algumas informações não estavam bem esclarecidas. É importante, primeiro, reler o projeto porque tivemos dois projetos já na Casa, um, que não foi aprovado, e esse projeto que voltou tem uma nova redação. Lá no seu art. 15, o projeto excepcionaliza diversos fundos que não farão parte da reversão desses saldos. Aí, a informação que vejo que é a mais importante, que gerou alguma controvérsia, é que o próprio governo, a Secretária Municipal da Fazenda disponibilizou um dado, que é um dado verdadeiro, que a dívida da Prefeitura com os fundos municipais, final de 2016, é de R\$ 231.708.000,00. Esse é o valor total da dívida, ou seja, todos os valores que o Executivo, naquela época, retirou dos fundos e utilizou para outras finalidades. O projeto de lei que vem para cá, Ver. Ferronato, a quem fiz questão de consultar, e ele está bem esclarecido, reverte para o novo fundo um valor de R\$ 35 milhões de alguns fundos – Fundef; Funcultura; Fumpahc; Fumproarte; Funmercado; Funcompras, que será extinto; Funproamb; Direitos Difusos; Direitos dos Animais; Funturismo; Monumenta, que será extinto porque era um programa do governo federal que não existe mais, Ver. Aldacir Oliboni; Fundo de Implantação de Sistema de Ciclovias. Esses saldos de 2016, 90% deles, que correspondem a R\$ 35 milhões, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, serão, então, transferidos para o novo fundo. É uma operação contábil, é uma transferência contábil. Esse recurso, como eu disse anteriormente, já foi utilizado para outras despesas, mas a gestão anterior utilizou R\$ 231 milhões; quase R\$ 200 milhões, a atual gestão ou os governos que vierem daqui para frente, serão obrigados a devolver, Ver. Idenir Cecchim, para os fundos, porque são recursos que não podem ser utilizados para outra finalidade. São repasses do governo federal, recursos que têm contribuição específica como é o Previmpa - que é um fundo, mas é para a questão previdenciária. Então, o que nós estamos tratando aqui é de melhorar a capacidade de pagamento da Prefeitura e aí, quando tu tens um endividamento muito elevado, diminui a tua capacidade de pagamento, e esses R\$ 35 milhões estão lá lançados como dívida no nosso balanço, e ajudam a piorar a capacidade de pagamento em função da elevação do endividamento da cidade. Então, espero ter esclarecido. Mais do que ficar debatendo aqui da tribuna com as galerias, eu conversei com muitos dos que nos acompanham aqui nas galerias, procurando não convencer, mas esclarecer realmente as informações. Nós estamos tratando aqui, Ver. Professor Wambert, de R\$ 35 milhões; todos os demais recursos terão que ser devolvidos. Quando? Não sei quando será, mas será obrigado a devolver. Realmente, o projeto, Ver. Marcelo Sgarbossa, originalmente veio, na outra

vez, sempre no final do exercício, 90% do que existia, iria para o fundo novo. Eu falei aqui anteriormente, eu mesmo fiz uma emenda fazendo um corte em 2016. O projeto agora apresentado incorporou essa emenda. Então, não existirá isso mais para frente. Nós estamos corrigindo uma pequena parcela dos saldos devidos aos fundos em 31 de dezembro de 2016...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** ...Já vou concluir, Presidente, agradeço o minuto adicional. Então, em nome da bancada do PTB – dos meus colegas Dr. Goulart, Paulo Brum, Luciano Marcantônio e deste vereador, líder da bancada –, nós encaminhamos para que a cidade possa melhorar a sua capacidade de endividamento, recolher mais recursos para atender aqueles que mais precisam. Nós vamos encaminhar pela aprovação do projeto. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/19.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Minha cara Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; a manifestação do Ver. Cassio Trogildo cada vez mais reforça a posição que tivemos na nossa frente parlamentar e até melhoraria as condições do próprio Executivo, quando o Ver. Cassio diz que são apenas 30 e poucos milhões que serão revertidos para aquela compensação de dívida. Por que melhoraria? Porque a nossa posição era de não votarmos a matéria hoje e tentarmos fazer uma construção que viabilizasse melhorias na situação dos fundos. Eu, por exemplo, dentre tantos, já falei e falo em nome do Ver. Paulinho Motorista também, sou favorável aos fundos, mas sou amplamente favorável e irrestritamente de acordo com o fundo de ciclovias. As cidades modernas do mundo investem, já investiram e vão investir ainda mais nas ciclovias. E nós, aqui em Porto Alegre, me parece que pela proposta que temos aí, não aprovamos emenda em que excepcionalizávamos a ciclovia dessa retirada de recursos. Portanto, cada vez mais me convenço da condução acertada que tínhamos na nossa frente parlamentar. Vamos votar contra, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Eng. Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/19.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Prezada Presidente; colegas vereadores e vereadoras; senhoras e senhores que nos assistem, se nós não tínhamos elementos mais claros para votar contra este projeto, a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores e a oposição, com a fala do Ver. Cassio Trogildo, agora ficou muito claro para nós. Vejam só: existia dinheiro nos fundos municipais. Então, foi retirado o dinheiro do fundo, o fundo ficou sem fundo, e para onde foi o dinheiro do fundo? E agora querem que aprovemos essa manobra, que certamente, na política, terão que se explicar muito para a cidade. Vou repetir: os fundos são legais; os fundos tinham fundo; sumiu o dinheiro do fundo – para onde foi o dinheiro do fundo, que ficou sem fundo? Queremos saber. Portanto, não dá para votar um projeto que, agora, simplesmente protege aqueles que tiraram o dinheiro do fundo. Nós queremos saber, primeiro, se o dinheiro do fundo foi tirado, e o fundo ficou sem fundo, onde está o dinheiro do fundo? Não estou dizendo aqui que alguém seja ladrão; estou dizendo que isso são as famosas utilizações dos recursos fora da lei. E, agora, há um projeto para proteger – Ver. Ferronato, estou na mesma linha de pensamento do senhor –, que não dá para nós, legisladores do Município, se são R\$ 230 milhões ou R\$ 35 milhões, como o Ver. Cassio comentou, esses R\$ 35 milhões não são, como se dizia lá na nossa colônia, Ver. Ferronato, encontrados num coice na macega. É dinheiro que dá para nós resolvermos muitos problemas. E os R\$ 20 milhões da saúde, que fazem falta hoje, que deveriam estar no fundo, mas não estão no fundo, que ficou um fundo sem fundo, da saúde também! Aí, com esta lei, o fundo vai ficar no azul e a população vai continuar ficando no vermelho – a população da saúde, a população da arte, a população da educação... Ontem, o prefeito fez um decreto tirando o apoio ao recurso dos recicladores, mas tem o fundo municipal da reciclagem, por que não destinar esse recurso para os recicladores, que fazem um trabalho magnífico na cidade de Porto Alegre?

Fechando aqui a fala da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, volto a dizer: votaremos contra, porque tem uma manobra aí, que os fundos existem, existia dinheiro nos fundos, foi retirado o dinheiro dos fundos, os fundos ficarem sem fundos, e o fundo tem que ter fundo, e nós não aceitamos que, simplesmente, se acabe com os fundos neste momento. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 005/19.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava lendo aqui o que nós estávamos discutindo mesmo. Olha, estão se extinguindo só dois fundos: o Monumenta, porque o governo federal não está mais fazendo, e o das compras coletivas, porque isso já é passado.

Então, na realidade, os outros fundos não estão sendo extintos, há um engano enorme aí. O projeto tem que ser lido, e, principalmente, tem que ser informado com a verdade.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** A senhora faça esse sinal para o Lula, para mim não precisa fazer. Continue fazendo esse sinal, que vale para o Lula. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 005/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Informo aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que a reunião de líderes na terça-feira, às 11h, foi suspensa em função da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, em que quatro líderes são membros dessa comissão, e não teríamos quórum. Na quinta-feira, logo que começar a sessão extraordinária, faremos a reunião de líderes aqui mesmo no plenário.

Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Após o fechamento do painel eletrônico.) Oito vereadores presentes. Não há quórum.

Convoco os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras para a sessão extraordinária na quinta-feira às 9h30min. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h41min.)

\* \* \* \* \*